

# Quercus

## AMBIENTE



### **RELATÓRIO DE ESTADO DO AMBIENTE 2016** ANÁLISE À TEMÁTICA DOS RESÍDUOS, POR CARMEN LIMA E SARA PEREIRA

Páginas 10\_11

### **ENTREVISTA A PAULA POLICARPO** PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO DARIACORDAR

Páginas 4\_5

### **MICROSCÓPIO: RECICLAGEM, ECONOMIA E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL** POR QUITÉRIA ANTÃO

Páginas 9

Mecenas Principal



Mecenas Jornal



# EDITAL AVISO CONVOCATÓRIO

## Assembleias de Núcleo

De acordo com os Estatutos da Quercus - Associação Nacional de Conservação da Natureza, convocam-se todos os associados residentes na área geográfica de intervenção de cada Núcleo Regional para as respetivas Assembleias de Núcleo, a realizar nas datas e locais abaixo listados e com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 - Informações;
- 2 - Apresentação, discussão e deliberação sobre o relatório de atividades e de gestão do ano de 2016;
- 3 - Eleição para a Direção do Núcleo Regional;
- 4 - Apresentação e votação dos planos de atividades e do orçamento para o ano de 2017;
- 5 - Outros assuntos.

A Assembleia de Núcleo reunirá em primeira convocatória se estiverem presentes mais de metade dos associados com direito a voto, e em segunda convocatória, meia hora depois, com qualquer número de associados.

Lisboa, 22 de Dezembro de 2016

O Presidente da Direção Nacional,  
João Branco

## Datas e locais das Assembleias de Núcleo:

### Núcleo Regional dos Açores da Quercus

Data: 4 de Março  
Hora: 15h00  
Local: Rua Coronel Chaves, nº 42 9500-309 PONTA DELGADA  
Nome do sócio que presidirá à Mesa: Rui Alberto Teixeira

### Núcleo Regional do Algarve da Quercus

Data: 11 de Março  
Hora: 15h00  
Local: Avenida Dona Maria Lizarda Palermo nº 5, Loja 7Q - Moncarapacho  
Nome do sócio que presidirá à Mesa: Fernando Jorge Gouveia Dias

### Núcleo Regional de Aveiro da Quercus

Data: 17 de fevereiro  
Hora: 21h00  
Local: Rua de Espinho, Bloco 30 - R/C F, Aveiro  
Nome do sócio que presidirá à Mesa: Dora Maria Carneiro Andrade Tavares de Oliveira

### Núcleo Regional de Braga da Quercus

Data: 16 de fevereiro  
Hora: 21h30  
Local: Sede do núcleo - Urbanização das Andorinhas, loja 7, 4700-359 BRAGA  
Nome do sócio que presidirá à Mesa: Ana Cristina Costa

### Núcleo Regional de Bragança da Quercus

Data: 12 de março  
Hora: 11h00  
Local: Sede Quercus Bragança  
Nome do sócio que presidirá à Mesa: Leonel Folhento

### Núcleo Regional de Castelo Branco da Quercus

Data: 18 de fevereiro  
Hora: 17h00  
Local: Sede do Núcleo Regional em Castelo Branco, Rua Tenente Valadim nº 19 6000-284 Castelo Branco  
Nome do sócio que presidirá à Mesa: Samuel Ribeiro Crespo Infante

### Núcleo Regional de Coimbra da Quercus

Data: 8 de março  
Horas: 17h30  
Local: Urbanização do Loreto, Lote 8, 5ª, C - Coimbra  
Nome do sócio que Presidirá à Assembleia: Raquel Campos Alves

### Núcleo Regional da Guarda da Quercus

Data: 25 de fevereiro  
Hora: 21h00  
Local: Centro Coordenador de Transportes da Guarda, Loja n.º 12  
Nome do sócio que presidirá à mesa: António Manuel Caldeiras de Proença e Cerca

### Núcleo Regional de Lisboa da Quercus

Data: 4 de março  
Hora: 17h00  
Local: Sede do Núcleo- Rua Engo Ferreira Mesquita, Bloco C, 1o Dto, Lisboa  
Nome do Sócio que presidirá à mesa: Diogo Cunha Vieira Lisboa

### Núcleo Regional do Litoral Alentejano da Quercus

Data: 25 de fevereiro  
Hora: 15h00  
Local: Sede do Núcleo- Moinho Novo- Galiza- 7500-022, Vila Nova de Santo André  
Nome do Sócio que presidirá à mesa: Paulo Alexandre Mateus do Carmo

### Núcleo Regional da Madeira da Quercus

Data: 10 de março  
Hora: 18h30  
Local: Largo da Praça - Machico (sede da Quercus Madeira)  
Nome do Sócio que presidirá à mesa: Elsa Maria de Freitas Araújo

### Núcleo Regional de Portalegre da Quercus

Data: 8 de março  
Hora: 18h00  
Local: Escola Secundária São Lourenço - Avenida George Robinson - Portalegre  
Nome do sócio que presidirá à Mesa: Nuno Sequeira

### Núcleo Regional do Porto da Quercus

Data: 20 de fevereiro  
Hora: 19h00  
Local: Sede do Núcleo - Quinta da Gruta, Rua João Maia, 540, 4475-643 AVIOSO (STA. MARIA) MAIA  
Nome do sócio que presidirá à Mesa: Célia Vilas Boas

### Núcleo Regional de Setúbal da Quercus

Data: 18 de fevereiro  
Hora: 14h30  
Local: Seies Cooperativa- Centro de Cidadania Ativa. Rua João Eloy do Amaral, nº140- 2900-414 Setúbal  
Nome do Sócio que presidirá à mesa: Membro/Representante da Direção Nacional da Quercus

### Núcleo Regional de Viana do Castelo

Data: 29 de março  
Hora: 17h00  
Local: Sede do Núcleo - Casa das Associações do IPDJ, Rua do Poço, Viana do Castelo  
Nome do Sócio que presidirá à mesa: Ricardo Jorge Ponte de Matos Carvalhido

### Núcleo Regional de Vila Real e Viseu

Data: 8 de março  
Hora: 21h30  
Local: Sede do Núcleo - Bairro da Araucária, Bloco G, Cave 7, 5000-584 VILA REAL  
Nome do Sócio que presidirá à mesa: Maria Isabel Linhares Branco

# ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE CONSERVAÇÃO DA NATUREZA - AVISO CONVOCATÓRIO

## Assembleia Geral Ordinária

Lisboa, 25 de março de 2017, às 13:30 Horas.

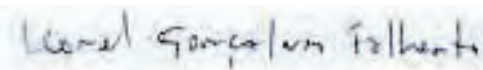
De acordo com os artigos 16.º a 19.º dos Estatutos, convocamos todos os associados da Quercus - Associação Nacional de Conservação da Natureza (ANCN) para uma Assembleia Geral Ordinária, a realizar no Anfiteatro da Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Viseu, sita na Avenida Cidade Politécnica, 3504-510 Viseu, no dia **25 de março de 2017 (sábado)**, com início às **13:30** horas e com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 - Apreciação e votação do balanço, relatório e contas da Associação Quercus - ANCN e parecer do Conselho Fiscal relativo ao exercício do ano de 2016;
- 2 - Apreciação da auditoria externa: "Auditoria ao Controlo Interno";
- 3 - Deliberação sobre as linhas de orientação da Associação, estratégia para o mandato dos futuros Órgãos Sociais e apresentação das candidaturas;
- 4 - Eleição dos Órgãos Sociais: Mesa da Assembleia Geral, Conselho Fiscal, Direção Nacional e Comissão Arbitral;
- 5 - Apreciação e votação do Plano de Atividades e Orçamento referente ao exercício do ano de 2017.

De acordo com o n.º 2 do art.º 19.º, a Assembleia-Geral reunirá em primeira convocatória se estiverem presentes mais de metade dos associados, com direito a voto, e em segunda convocatória, meia hora depois, com qualquer número de associados presentes.

Lisboa, 22 de dezembro de 2016

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral



(Leonel Gonçalves Folhento)

## A IMPORTAÇÃO DE RESÍDUOS DE ITÁLIA

A chegada de resíduos provenientes de Itália ainda em 2016 voltou a colocar a discussão sobre resíduos na agenda mediática.

Apesar das dúvidas sobre o processo de movimento transfronteiriço de resíduos sólidos urbanos, provenientes de Itália, terem sido finalmente esclarecidas pelas autoridades competentes mostrando que não havia qualquer ilegalidade no processo, consideramos que houve alguma especulação relativamente ao tema de movimento transfronteiriço dos resíduos provenientes de Itália e que os organismos sob tutela do Ministério do Ambiente apenas se deveriam ter pronunciado publicamente após o esclarecimento de todas as questões relacionadas com o mesmo, evitando a dúvida e a desinformação que foram provocadas, desnecessariamente, com esta temática.

É posição da Quercus que, por princípio, cada país deve assegurar a gestão dos resíduos que produz, e que apenas em situações de exceção os mesmos possam ser exportados ou importados para outros Estados Membros. Contudo, diversas causas estão na origem do não cumprimento deste princípio, entre elas a falta de uma estratégia adequada para a gestão de resíduos ou os mercados ilegais no encaminhamento de resíduos, que provocam a “fuga” de resíduos das instalações licenciadas, causando o seu sobredimensionamento e, por conseguinte, a sua instabilidade financeira.

Já há algum tempo que temos vindo a alertar para esta problemática que leva a que muitos operadores procurem uma solução financeira para a viabilidade da empresa, através da importação de resíduos.

Salientamos a necessidade de controlar todos os movimentos de resíduos em Portugal, bem como a articulação entre todas as entidades envolvidas nestes processos, de forma a assegurar a transparência dos mesmos.



João Branco

Por outro lado, é urgente haver uma alteração da legislação neste sector, permitindo que os resíduos importados ou exportados para operações de eliminação e que possuam ainda condições para serem valorizados e reciclados, possam ser otimizados e recuperados para estas operações, respeitando assim a Hierarquia de Gestão de Resíduos. Fazemos votos para que em 2017 todos os passos sejam dados no caminho certo para criação de uma estratégia adequada que não permita mais situações como esta. 🍄

### Por Nuno Sequeira

Decorreu no passado dia 26 de novembro, em Lisboa, o ENADA 2016 – Encontro Nacional das Associações de Defesa do Ambiente. O encontro contou com três painéis de debate onde as Associações puderam discutir e refletir sobre vários temas prementes relativos ao Ambiente ao associativismo.

A Quercus participou ativamente neste encontro, enquanto membro da CPADA.

No final, foram entregues os Prémios Carreira e o Prémio Nacional de Ambiente “Fernando Pereira”. 🍄

## a Paula Policarpo\*, Presidente da Associação “Dariacordar”



Paula Policarpo

## “DE UMA BOA IDEIA PASSOU À PRÁTICA SUSTENDADA E FIÁVEL”

**Paula C. Almeida Policarpo**, Licenciada em Direito pela Universidade Católica de Lisboa. Exerce a sua atividade profissional como Jurista/assessora na área do ensino superior público, a par do exercício da cidadania ativa ligada a causas/associações de cidadãos e organizações sociais (detém o GOS/AESE). É co-fundadora da Dariacordar e do Movimento Zero Desperdício.

### 1 - A Associação “Dariacordar” tem uma Missão muito importante para a sociedade portuguesa e com impactes ambientais. Têm noção deste impacte?

Sim e por isso criámos indicadores nessa área, nomeadamente em relação às emissões de CO2 evitadas, bem como os resíduos orgânicos evitados tratar, sendo que estamos a trabalhar na construção e aperfeiçoamento destes indicadores, num *work in progress*, com o Instituto Superior de Agronomia (que é uma entidade Zero Desperdício também no sentido de doar as sobras do seu refeitório), com a Universidade Nova de Lisboa, nomeadamente com a Nova Business School, docentes, investigadores e doutorandos, com a Faculdade de Sociologia e diretamente com a Professora Doutora Iva Miranda Pires, com o IES, DGAV, ASAE. Os nossos indicadores de CO2 são alinhados com as *guide lines* em vigor na Comissão Europeia: (<http://www.zerowasteurope.eu/2010/12/towards-zero-food-waste-in-the-eu/>). Para quantificar e medir o desperdício alimentar usamos as metodologias aceites como boas pelo *guide line* para a quantificação de desperdício alimentar “Food Loss and Waste Accounting and Reporting Standard” com o qual estamos alinhados.

### 2 - A “Dariacordar” lançou o movimento Zero Desperdício, pode explicar-nos como funciona?

Em janeiro de 2011, 8 cidadãos e eu fundámos a DARIACORDAR (DA), uma associação sem fins lucrativos com o objetivo de evitar a geração de desperdício, e quando não é possível, recuperá-lo. Pretendemos atingir este objetivo através da promoção de atitudes político-administrativas, sociais, económicas, éticas e ambientais. Começámos pelos alimentos preparados, confeccionados e alimentos que se aproximavam do seu prazo de validade, na sequência natural de uma petição contra o desperdício de comida lançada por António Costa Pereira antes de 2010, hoje Presidente honorário da DA.

Em abril de 2012, com a ajuda da agência de publicidade e comunicação J.W.T (trabalhando pro-bono), lançámos o Movimento de cidadania ZERO DESPERDÍCIO, sob o lema: Portugal não se pode dar ao lixo, para consciencializar e mobilizar para a importância da questão e incentivar a adoção de atitudes anti-resíduo, inspirar outras iniciativas e divulgar a nossa rede de redistribuição, potenciando mais parcerias e colaboração de todas as partes interessadas. Tínhamos também como objetivo colocar na agenda política prioritária este tema.

Começamos por tentar perceber com a ASAE ainda em 2010 porque não era possível recuperar aquele tipo de alimentos, E a resposta foi “É possível!”. A Lei (3 Regulamentos da CE) não é um problema se respeitarmos os seus objetivos que são, em resumo, evitar a contaminação por ingestão de alimentos inseguros. Assim, desde 2011, criámos com a ASAE, listas de verificação e procedimentos de segurança para a recolha, armazenamento, transporte e distribuição destes alimentos em todos os cenários (quentes, expostos, frios, *vending*, etc.). Mais tarde compilámos com a ASAE e com a DGAV uma espécie de código de boas práticas e um vídeo de capacitação.

Com o aconselhamento técnico da ASAE sobre os passos necessários para garantir a segurança alimentar em todo o

processo/circuito, para proteger a saúde dos consumidores finais, obtivemos autorização legal para agir.

O desafio seguinte foi conceber um plano/modelo operacional de como fazer com que os alimentos recuperados alcançassem as pessoas necessitadas, sem custos ou recursos financeiros negligíveis e com o que já existia.

Assim, o modelo conta com uma rede de parceiros locais e é executado localmente de acordo com o programa ZERO DESPERDÍCIO que concebemos - para recuperação e redistribuição. Pode ser usado para a recuperação e a redistribuição de alimentos, mas também para outros bens, materiais, etc., e pode ser replicado. Na base deste modelo está a ideia de não desperdiçar recursos, recursos financeiros, instalações, ou seja, perceber os meios e capacidade instalada que já existem localmente e torná-los disponíveis nessa área ou “território” para a recuperação de alimentos, montando ou potenciando as redes.

A DA estabeleceu e assinou protocolos com todo o tipo de doadores de alimentos, tais como restaurantes, hotéis, cantinas (públicas e privadas), hospitais, universidades, máquinas de venda automática, supermercados, órgãos de soberania, entre outros. Alguns locais, e alguns nacionais.

Sob este modelo, as autarquias tinham um papel de cogestão do programa ZERO DESPERDÍCIO, co-articulando no território os parceiros em rede (doadores de alimentos e entidades receptoras, como IPSS, ONGs e todas as instituições de bem-estar que operam no território). Atualmente o modelo é flexível porque, se nuns territórios funciona bem, noutras a DA tem o papel de coordenação e intermediação/facilitação na totalidade, para além da monitorização.

Atuamos, pois, como uma entidade coordenadora da rede que temos implementada e já mencionada, o que implica criar as condições necessárias para o seu funcionamento, capacitar as entidades receptoras, monitorizar e medir os impactos e mobilizar/sensibilizar a sociedade naquele território e em geral.



Lançamento de coleção de livros e ferramenta pedagógica

**3 - Existe uma relação muito interessante entre o vosso projeto e a hierarquia da gestão de resíduos, em que se privilegia a prevenção, a reutilização e a reciclagem. Pode-nos explicar de que forma tentam fomentar estes princípios?**

Como já antes expliquei a ideia base da DA/Movimento Desperdício Zero é o não desperdício de recursos e valor. Ora, a partir do momento em que um alimento é produzido para a alimentação humana (com tudo o que produção implica em termos de recursos naturais escassos ao planeta e outros), devemos mantê-lo na sua cadeia e assim preservar o valor já acrescentado durante todas as fases de transformação do mesmo até chegar ao consumidor. Todavia, quando isso não é possível, devemos pelos mesmos motivos, encontrar soluções alternativas cuja perda de valor seja a menor possível, desde o consumo animal até à compostagem, evitando assim o resíduo e a deposição em aterro.

O cumprimento da hierarquia é o garante de que as perdas de valor são sempre minimizadas. Neste processo e para evitar o resíduo, existe um primeiro passo da hierarquia, que é o da Prevenção/Educação que evita de forma eficaz a produção de desperdício, daí que desde o início tenhamos sempre colocado como uma das vertentes a educação e consciencialização para a mudança de comportamentos/atitude e de perceção de que esta questão é multifatorial e vital à sustentabilidade do planeta e da espécie humana. A segurança alimentar, no sentido de food security (alimentos nutricionalmente suficientes para todos) é o maior desafio que a humanidade vai enfrentar....

**4 - Sentiu alguma relação entre a crise e o aumento da oferta de doadores ou da procura de recetores das refeições recuperadas? Se sim, tem verificado alguma alteração nos últimos anos?**

Sim, sentimos na altura da crise um forte interesse por parte dos recetores, pois as sobras de comida preparada, confeccionada e/ou perecível constituem um complemento, tanto em quantidade, como em termos de diversidade nutricional e alimentar a respostas já existentes nesta valência (como as cantinas sociais, Banco Alimentar e outras).

Em ciclos de melhoria económica como parece estarmos a viver, pode haver uma redução do interesse por parte dos recetores, pelo que é preciso encontrar novos recetores e, simultaneamente, encontrar soluções para além do consumo humano, como alimentação animal e outras soluções que mantenham o alimento na cadeia de valor, evitando o resíduo orgânico.

Relativamente aos doadores, no início, quando começámos, vínhamos de um mito urbano generalizado como uma verdade de que não era possível recuperar as sobras que recuperamos, pelo que foi necessário desbravar muito o árduo caminho e tirar muitas pedras, sendo que muito ao nível da resistência à mudança mais do que outra coisa.

Por outro lado, dado que este tema está na agenda do dia e existe já muita consciencialização para a questão do desperdício, está a tornar-se uma boa prática de sustentabilidade social e ambiental e por isso, existem muitos doadores disponíveis e sensíveis para doar.

Verificámos ao longo do tempo que muitos doadores com a consciência do que doam apercebem-se melhor das sobras e fazem uma melhor gestão dos produtos, ajustando a oferta à procura e logo reduzindo o desperdício na fonte, o que é muito positivo e interessante também.

**5 - Em que áreas geográficas atuam? Pretendem alargar a cadeia a outras regiões?**

No território nacional estamos já em:

- |                    |                  |
|--------------------|------------------|
| Albufeira          | Loulé            |
| Almada             | Loures           |
| Aveiro             | Montijo          |
| Cascais            | Oeiras           |
| Caldas da Rainha   | Peniche          |
| Castelo de Vide    | Ponta Delgada    |
| Évora              | Porto            |
| Fornos de Algodres | Santo Tirso      |
| Lagoa              | São Pedro do Sul |
| Lisboa             | Sintra           |

Pretendemos alargar a todo o território nacional com várias parcerias regionais como por exemplo com a Lipor, nos municípios onde atua, bem como nos Estados Membros da UE e não só, tanto por via da app que vamos desenhar e construir no âmbito do projeto FORCE do H2020, do qual a Quercus também é parceira, bem como porque a UE através do programa FUSIONS e a FAO através do programa SAVE FOOD, em 2014, traduziram o nosso manual de replicação do programa operacional ZERO DESEPERDÍCIO que construímos em parceria com o IES e que permite replicar o modelo e o programa noutros territórios.

**6 - Já atingiram os 3.500.000 de refeições disponibilizadas e quase 7.000 beneficiados, valores impressionantes para a realidade portuguesa. Têm ideia da realidade europeia, nomeadamente**

**indicadores semelhantes, projetos idênticos para prevenir e reduzir o desperdício alimentar, ou campanhas desta natureza?**

Existem várias iniciativas em Portugal como a *Re-food*, a *Fruta Feia*, o *Banco Alimentar*, e pela Europa e o mundo fora.

No âmbito do programa *Fusions* e atualmente do *Refresh* promovem-se e incentivam-se iniciativas deste tipo, além de que foi criada uma plataforma para medir e quantificar o desperdício nos Estados-Membros (Dinamarca, Holanda, Itália, Hungria, França, etc...), tornando-se uma enorme dificuldade criar indicadores comuns e instrumentos de monitorização harmonizados, porque as iniciativas locais são interessantes mas depois é necessário escalar para poderem ser respostas globais, o que levanta enormes complexidades e problemas multidimensionais, mas a DA/Zero Desperdício tem vindo a ser solicitada e tem participado com a sua experiência e data em várias iniciativas da CE, da FAO e outras à escala global.

**7 - Como avalia o projeto Zero Desperdício e quais são os objetivos para o futuro?**

O projeto ZERO DESPERDÍCIO é uma iniciativa da sociedade civil que fez o seu caminho e evolução com bons resultados e com enorme retorno e impacto social, económico, ambiental, ético e de mudança de atitudes e comportamentos, e ajudou a colocar este tema na ordem do dia.

De uma boa ideia passou à prática sustentada e fiável (com o suporte da ASAE e DGAV), sempre baseado na ideia de aproveitar os recursos e o que já existe, potenciar sinergias e parcerias, numa perspetiva de economia circular, isto é, de eficiência de recursos.

Para o futuro pretendemos continuar a expandir o Movimento Zero Desperdício a nível nacional de forma a, por um lado, termos uma cobertura geográfica cada vez mais abrangente e, por outro, incluindo cada vez mais fontes de alimentos ainda desaproveitadas na nossa cadeia de valor. Esta expansão será em grande parte suportada pela adoção de novas ferramentas tecnológicas que permitiram gerir todo o processo de forma mais eficiente.

Pretendemos ainda expandir a nossa ação de forma a incluir na nossa cadeia de valor todas as fases da hierarquia de recuperação do desperdício alimentar. Hoje em dia verificamos que, para vários alimentos e em várias geografias, já se encontra esgotada a via da recuperação para a alimentação humana. Torna-se por isso essencial encontrar para esses casos escoamento no consumo animal ou aplicações industriais. Esse será o próximo grande desafio.

Será necessário apostar ainda em duas outras áreas. Por um lado, na certificação dos impactos ambientais gerados por esta atividade. Esta certificação teria valor por si só mas reveste-se de especial importância quando pensamos que a união europeia definiu metas obrigatórias para a redução dos resíduos urbanos, dos quais o desperdício alimentar é um dos maiores componentes e que a ONU propôs como meta para 2030 a redução do desperdício alimentar em 50%.

A outra área é a implementação de uma vez por todas de legislação adequada e transversal que clarifique e de suporte a esta atividade em todas as suas vertentes e de forma integrada. Sendo verdade que, hoje em dia, nada na lei impede a doação do mais diverso tipo de alimentos, faltam medidas proativas nas áreas do ambiente, da prevenção/educação, incentivos fiscais e outros, entre outras.

Por último, temos vontade de usar o modelo e preparar-nos para a gestão de excedentes doutros fluxos de bens, materiais e produtos, de gerar conhecimento e acrescentar conhecimento e de manter o esforço na área da sensibilização e educação e por isso este ano vamos lançar uma nova coleção digital de livros para crianças e outros públicos alvo, complementando e dando sequência ao projeto lançado em 2015 da coleção ZERO DESPERDÍCIO de 4 livros/ferramentas pedagógicas para crianças dos 6 aos 10 anos que estão no PNL e têm uma versão áudio-livro que estará *online* na Biblioteca digital do PNL que está em reestruturação, não podendo para já adiantar mais nada... 🍌



Apresentação do projeto, em Copenhaga, na Agência Europeia do Ambiente



Zero Desperdício

# AGRICULTURA URBANA, ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS E CIDADES: UM TRIÂNGULO LATENTE EM QUE URGE TRABALHAR

Cecília Delgado\*  
Grupo de Trabalho Agricultura

Este texto explora algumas das articulações possíveis entre três campos ainda inexplorados - Agricultura Urbana, Alterações Climáticas, e Cidades - que merecem uma maior compreensão numa perspetiva de desenvolvimento sustentável do futuro do nosso planeta.

\* Doutorada em Urbanismo; Mestre em Planeamento e Projeto Urbano, Arquitecta; Formação adicional em Agricultura Urbana e Periurbana pelo Núcleo de Capacitação em Políticas Públicas da FAO. Investigadora no CICS.NOVA, Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais da Universidade Nova de Lisboa. Desenvolve trabalho e investigação sobre práticas de inovação em planeamento urbano; agricultura urbana; métodos de participação pública e envolvimento comunitário; Bolseira de Pós - Doutorado da FCT em políticas públicas de Ordenamento Territorial, Agricultura Urbana e Periurbana, e Inclusão Social, em acolhimento no Laboratório Nacional de Engenharia Civil, Lisboa. Publicações: [https://www.researchgate.net/profile/Cecilia\\_Delgado5/publications](https://www.researchgate.net/profile/Cecilia_Delgado5/publications)

## O que é a Agricultura Urbana?

O conceito Agricultura Urbana é abundantemente utilizado, urge contudo esclarecer o seu significado. De acordo com Mougeot (2000) "Agricultura Urbana é uma indústria localizada dentro (urbano) ou à margem (periurbano) de uma cidade ou zona metropolitana, que produz, processa e distribui uma diversidade de alimentos e não alimentos, reutilizando ou usando recursos humanos e materiais, produtos e serviços, que existem nas áreas urbanas ou imediatamente circundantes (periurbano), que por sua vez, fornece esses recursos humanos e materiais, produtos e serviços, em larga medida para a área urbana." Falamos de um sistema urbano alimentar ligado ao metabolismo da cidade, que simultaneamente consome recursos, designadamente no transporte dos alimentos ao longo da cadeia alimentar, mas igualmente gera recursos, e.g. quando produz alimentos, cria empregos ou reintroduz os resíduos sólidos orgânicos no sistema urbano alimentar, melhorando a qualidade dos solos. Se a produção de alimentos para consumo próprio é uma parte integrante da Agricultura Urbana, as sinergias do conceito não se esgotam nos benefícios gerados pela vertente produtiva.

## Agricultura Urbana - alterações climáticas, recursos e biodiversidade

A literatura e a investigação científica (DGOTDU, 2009, Garnett, T., 2011, Lwasa, S. & Dubbeling, M., 2015) validaram um conjunto de potencialidades da Agricultura Urbana como instrumento de **adaptação e mitigação** às alterações climáticas.

- 1. Redução da concentração de gases GEE, responsáveis pelo "efeito estufa"**, através do aumento das áreas vegetais, e.g. agricultura urbana (produção), intensificação da plantação de árvores de fruto nas vias públicas, mais zonas de floresta, telhados verdes, etc.
- 2. Redução de ventos extremos**, pelo uso da vegetação como efeito tampão, i.e. absorvendo e reduzindo o impacto das condições climáticas extremas.
- 3. Redução de risco de cheia e de seca**, através do aumento das áreas de infiltração, que funcionam com bacias de retenção em condições climáticas extremas, e simultaneamente, permitem criar áreas de reservas de água, em condições de seca.
- 4. Potencializar o uso e a eficiência de recursos urbanos**, onde se inclui o fecho do ciclo de nutrientes, onde se inclui o desperdício alimentar e os resíduos orgânicos que podem ser redistribuídos entre os consumidores urbanos, ou transformados em composto urbano.
- 5. Potenciar a biodiversidade**, e.g. atraindo espécies que necessitam de suporte vegetal diverso e que simultaneamente permitem a polinização indispensável à reprodução e re-equilíbrio do ecossistema, flora e fauna.



Cecília Delgado



Concurso Pariculateurs -Exposição dos resultados no Pavilhão Arsenal, Paris

**6. Contribuir para o sequestro de CO<sub>2</sub>**, através da plantação de vegetação, nas vias públicas e espaços com condições geomorfológicas adversas, tais como encostas de forte declive, áreas de proteção às autoestradas, infraestruturas, etc.

**7. Redução de uso energético e emissões de gases GEE** através da minimização da distância de transporte dos alimentos, ou seja, sempre que viável produzir próximo do local de consumo.

#### **Agricultura Urbana - um instrumento reconhecido à escala europeia e mundial**

As Nações Unidas, através da Nova Agenda Urbana - Habitat III, reconheceram a necessidade de estratégias intersectoriais no âmbito da adaptação e mitigação às alterações climáticas, incluindo a produção de alimentos (artigo 67). A União Europeia tem desenvolvido investigação e inovação, de onde decorre um conjunto de estratégias que se aplicam simultaneamente num contexto de adaptação e mitigação às Alterações Climáticas e estímulo à Agricultura Urbana. Refira-se a título de exemplo: Nature-Based Solutions & Re-Naturing Cities; Green growth for jobs and prosperity in the EU: How can we foster green growth?; Closing the loop - An EU action plan for the Circular Economy.

#### **Agricultura urbana - como implementar?**

Há medidas simples, que podem ser implementadas pelos municípios numa estratégia de duplo benefício. Deixamos aqui algumas sugestões:

**a) Mapear o solo urbano e periurbano expectante**, público e privado - propondo funções temporárias, alternativas às previstas nos planos territoriais em vigor. Uma medida que pode estabelecer prazos de ocupação a curto e médio prazo e que pode ser agilizada através de benefícios fiscais. Entre as vantagens desta medida destacam-se as ambientais, e.g. mitigação e adaptação às alterações climáticas; económicas, e.g. geração de emprego e redução dos custos de manutenção da estrutura verde; sociais, e.g., maior sentimento de pertença e incremento do bem estar mental das populações.

**b) Política pública que considere a Agricultura** Aumentando a produção de alimentos nas cidades e periferias, aumenta o acesso a alimentos frescos e nutritivos, tem impactos positivos na saúde dos consumidores, reduz a dependência externa de alimentos, contribui para a criação de empregos verdes, tem efeitos positivos na paisagem, desenvolve a biodiversidade, o bem estar social das populações.

**c) Agendas e Programas de Agricultura Urbana** no âmbito de uma política local. Estas medidas devem ser apoiadas em soluções de desenvolvimento sustentável e durável, no âmbito de uma política local, que considere o interesse das populações, a capacitação económica e social das comunidades e a gestão do uso dos solos.



Cecília Delgado

*Cidade de Lisboa - centro, quarteirão com capacidade construtiva - expectante, de Cecília Delgado*



Cecília Delgado

*Freguesia de Alvalade - Lisboa, interior de quarteirão habitacional*

Jac Smith, fundador da pioneira rede internacional de Agricultura Urbana profetizou no final da década de 90 : *“Não existe melhor instrumento conhecido ou disponível para lutar contra as alterações climáticas do que a Agricultura Urbana. É simultaneamente uma solução barata, e contribui para fortalecer a economia e as comunidades locais urbanas”.* 🌱

#### **Bibliografia consultada:**

Cabannes, Yves, (2008) **“Green Mapping”** from Urban Buzz/Development Planning Unit, Guidelines for community mapping of land for Urban Agriculture

Direção Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano (2009) **Alterações climáticas e desenvolvimento Urbano**. Política de Cidades Polis XXI

**Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território, (2013) Estratégia de Adaptação da Agricultura e das Florestas às Alterações Climáticas**

Garnett, T. (2011) **Where are the best opportunities for reducing greenhouse gas emissions in the food system (including the food chain)?** Food Policy n.º 36

Lwasa, S. & Dubbelling, M. (2015) **Urban Agriculture and Climate Change**. Cities and Agriculture. Eastscan: Routledge

Mougeot, L. (2000) **Urban agriculture: Definition, Presence, Potential and Risks**. International Development Research Centre (IDRC)

Research and Innovation, Climate Action and Resource (2016), **Efficiency Changing gear in R&I: green growth for jobs and prosperity in the EU**

Research and Innovation, Climate Action and Resource Efficiency (2015), **From Niche to Norm, Systemic Approach to Eco-Innovation to achieve a low-carbon, Circular**

#### **Economy**

Research and Innovation, Climate Action, Environment, Resource Efficiency and Raw Materials (2015), **Towards an EU Research and Innovation policy agenda for Nature-Based Solutions & Re-Naturing Cities**

# QUER TOON

## LIXO À ITALIANA





## RECICLAGEM, ECONOMIA E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

Em início de novo ano começo por analisar e monitorizar a evolução da APOGER, logo a atividade que representa, Operações de Gestão de Resíduos e Reciclagem.

A associação iniciou a sua atividade no ano de 2009, com apenas 12 empresas que representavam, à data, um volume de negócios de cerca de 750 M€. Neste momento, com cerca de 130 associados, representa pouco mais de 1000 M€, o que significa que, para um aumento de cerca de 91% do número de associados, onde permanecem as doze empresas fundadoras, o volume de negócios aumentou apenas 25% globalmente, ou seja, em termos reais o setor da gestão de resíduos e da reciclagem, que a Apoger representa, diminuiu de forma constrangedora a sua contribuição para o desenvolvimento económico nacional, para a empregabilidade e para a exportação.

Se estivermos atentos à economia mundial, facilmente percebemos que a Reciclagem se encontra no top das atividades com maior potencial de crescimento e rendibilidade.

A depleção dos recursos naturais e a dependência efetiva de alguns países, desses recursos, impõem, com carácter de urgência, que as matérias - primas fósseis sejam rapidamente substituídas por materiais reciclados.

A Europa identificou já 22 matérias - primas críticas, ou porque escassas em exploração fóssil ou porque existe dependência da Europa dos Países que as possuem, nomeadamente da China e da Austrália, entre outros. Isto significa que a reciclagem tem um potencial económico que extravasa e ultrapassa qualquer outro setor, não só a nível nacional como a nível internacional.

Bons gestores públicos que pretendam gerar riqueza e empregabilidade, devem focar-se em perceber como fomentar investimento forte e duradouro nesta área, uma vez que, por estar ainda em fase incipiente de desenvolvimento, a reciclagem, para além de ser o pulsar da economia circular, promete um longo caminho de desenvolvimento tecnológico com necessidade de mão - de - obra altamente qualificada e de diferentes áreas que vão da engenharia, passando pela biotecnologia até à medicina e que possui enorme potencial de exportação de produtos de grande valor acrescentado.

O que podemos então fazer para promover o investimento na reciclagem, na proteção ambiental e no arranque efetivo da economia circular, num contexto europeu?

Os fundos europeus, tal como estruturado nos programas divulgados pelo governo português, destinam-se, fundamentalmente, a serem distribuídos por empresas públicas, a fundo perdido. Os privados terão que investir sempre 50%, ou mais, dos valores concedidos em projetos e, na realidade, não estão minimamente interessados em tal.

A atividade de gestão de resíduos e da reciclagem vive afogada em papéis, plataformas, obrigatoriamente declaratórias repetidas vezes sem conta, exigências absolutamente inúteis e até ineficientes em termos ambientais.

Os gestores de resíduos e recicladores gastam, na sua laboração diária, 60% do tempo em trabalhos burocráticos e 40% na atividade de transformação e tratamento. Ou seja, mais de metade do tempo de laboração é consumido em trabalho não produtivo e, na sua maioria, verdadeiramente inútil.

Desde 1997 que existe legislação que regula a atividade de gestão de resíduos e da reciclagem. Esta legislação foi útil, sem qualquer dúvida, no sentido da organização e uniformização de procedimentos ambientais e fiscais. Desde esse ano houve uma enorme evolução em papel, burocracia, exigências, só não existiu evolução na preocupação de **não inibir a vontade de investimento dos empresários do setor**. Considerada uma atividade de alto rendimento económico foi "assaltada" pelo Estado. A sangria aos empresários continua igual e com os mesmos argumentos de 1997. Só evoluímos na utilização do computador, da internet e, na maior



parte das vezes, sem resultados no alívio dos custos burocráticos para as empresas. Os empresários cumprem as mais disparatadas exigências porque, se não o fizerem, são sancionados com pesadíssimas coimas. Investiram em construções, impermeabilizações, em equipamentos de proteção ambiental e em contratação de mão-de-obra especializada para as suas empresas mas continuam a ser tratados como ignorantes e delatores que contaminam o ambiente, a serem assolados por cada vez mais e mais exigências burocráticas e a serem objeto de fiscalizações risíveis, que em nada beneficiam o ambiente e a economia.

Existem uma série de empresários que investiram forte em novas instalações, novas empresas e cujos licenciamentos vagueiam entre entidades licenciadoras, na tontice de aferir o enquadramento das atividades, cuja determinação é imediata. Fundos europeus? E o resto?

Não deixo de salientar o esforço da APA na simplificação de alguns procedimentos burocráticos, mas é preciso ir mais além. É preciso, não só simplificar, mas eliminar procedimentos burocráticos. É preciso evoluir e ajustar as necessidades de controlo da atividade. É preciso ter posição crítica relativamente a alguns regulamentos europeus e, se necessário vetá-los. Porque não?

É preciso fiscalizar quem não cumpre, quem não tem licenciamento e vive escondido. É preciso fiscalizar quem efetivamente não possui qualquer referência legal e proceder à informação e estímulo de quem já investiu em todas as exigências legais, com os respetivos custos. É preciso inovar, fazer coisas novas.

Libertar dinheiros do fundo ambiental para reciclagem de resíduos que estão no mercado e cuja reciclagem ainda não existe e para o desenvolvimento de novos métodos de reciclagem.

As empresas de reciclagem, CAE 38 Rev. 3, representam investimento de capital intensivo. São empresas consumidoras por excelência, de todo o tipo de serviços, de equipamentos, de combustíveis, de construção... e causam forte arrasto na economia. Olhemos com atenção para o setor.

Confiamos nos novos e modernos ambientalistas, onde se inclui a QUERCUS. Analisar, com objetividade o que é preciso para proteger o ambiente, sem deixar de estimular a economia. Difícil? Sim! Mas possível. 🍄



# TEMA EM DESTAQUE

## RELATÓRIO DE ESTADO DO AMBIENTE 2016 ANÁLISE À TEMÁTICA DOS RESÍDUOS

Foi publicado pela Agência Portuguesa do Ambiente (APA) no final de dezembro de 2016 o Relatório de Estado do Ambiente (REA) que sistematiza, entre outros temas, a área dos Resíduos, com dados referentes a 2015, abordando com detalhe questões relacionadas com a produção e gestão de resíduos urbanos, reciclagem de resíduos de embalagens, reciclagem de fluxos específicos de resíduos, movimento transfronteiriço de resíduos, Ecovalor – taxas associadas à gestão de fluxos específicos de resíduos e resíduos radioativos.

### Enquadramento da produção de resíduos no contexto da União Europeia

Faz sentido um breve enquadramento do histórico da situação portuguesa face aos valores de produção de resíduos.

Os dados do Eurostat de Março de 2016 permitem-nos compreender a evolução histórica da produção de resíduos, para os 28 estados membros, no período compreendido entre 1995 e 2014.

A primeira estratégia nacional para o sector dos resíduos, em Portugal, apenas viria a ser publicada em 1997, com o primeiro PERSU (Plano Estratégico de Resíduos Sólidos Urbanos), cujo grande marco foi o de encerrar lixeiras, sistema até então vigente para eliminação dos resíduos produzidos, num curto espaço de tempo. Nesse sentido estes primeiros dados de 1995 acabam por se tornar um primeiro valor de referência na caracterização deste sector.

A figura seguinte mostra a evolução histórica de produção de resíduos nas principais economias europeias.

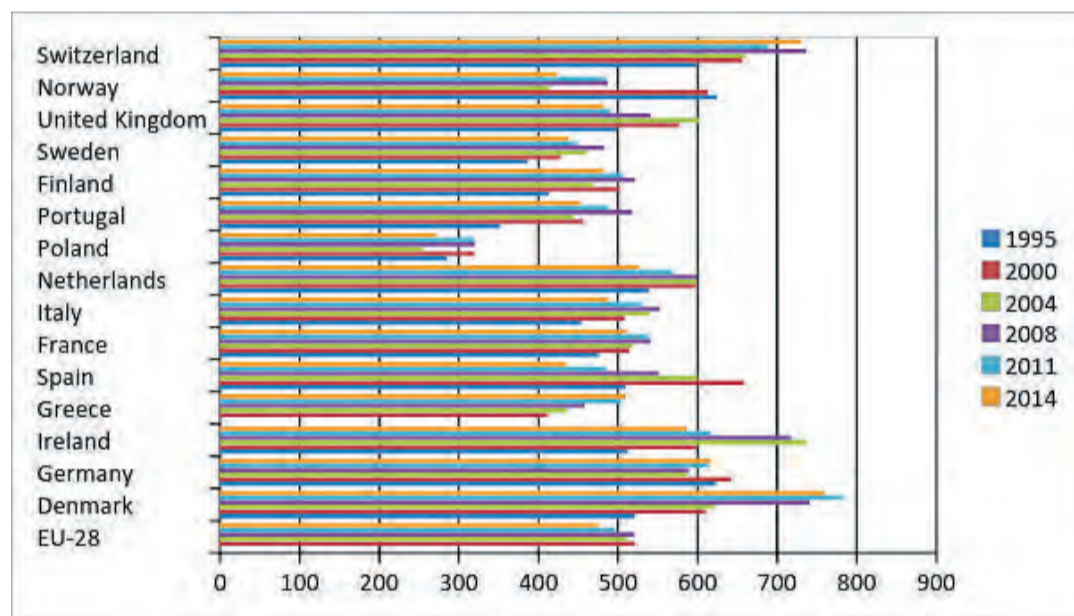


Figura 1) Evolução histórica da produção e resíduos na UE

Observando o gráfico, podemos tirar rapidamente algumas conclusões:

1. É claramente sugestiva uma interdependência entre economia e produção de resíduos. No contexto da média europeia houve uma tendência de subida na produção até 2008, situação que teve um decréscimo a partir dessa data, fruto muito provavelmente da situação económica mais débil de vários países; urge encontrar estratégias que os separem.
2. As economias mais fortes tendem a ter uma maior produção de resíduos face aos valores médios da UE (475 kg per capita). Neste contexto é de destacar o Reino Unido e Espanha, pelo esforço inverso, as suas políticas de gestão de resíduos terão permitido reduzir a produção de resíduos para valores anteriores a 1995 para estes países;
3. Portugal seguiu a tendência da média europeia tanto a nível de expansão, como de contractura.

### Produção de Resíduos Urbanos

De acordo com o artigo 3º do Decreto-Lei nº178/2006, de 5 de setembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei nº73/2011, de 17 de junho, resíduo urbano é “o resíduo proveniente de habitações bem como outro resíduo que, pela sua natureza ou composição, seja semelhante ao resíduo proveniente de habitações”. Em Portugal, atualmente existe uma estratégia definida para os resíduos urbanos, enquadrada pelo PERSU 2020, aprovado pela Portaria nº 187-A/2014, de 17 de Setembro, que defende uma política assente no aproveitamento económico dos resíduos geridos e gerados, usando, em particular, o sector dos resíduos urbanos como meio de estimulação das economias locais e nacionais ao mesmo tempo que integra o cidadão fazendo deste peça integrante no sistema global de gestão. Globalmente, destacam-se os seguintes objetivos:

a) Prevenção da produção e perigosidade dos resíduos urbanos; b) Aumento da preparação para



CIR

reutilização, da reciclagem e da qualidade dos recicláveis; c) Redução da deposição de resíduos urbanos em aterro; e) Valorização económica e escoamento dos recicláveis e outros materiais do tratamento dos resíduos urbanos; f) Aumento do contributo do sector para outras estratégias e planos nacionais. E institui como metas globais as definidas na seguinte tabela:

Parâmetro	Meta	Prazo
Redução da produção de resíduos em peso face aos valores de 2012	7,60%	31.12.2016
Deposição de RUB em aterro	50%	31.12.2020
Taxa de preparação para reutilização e reciclagem incluindo o papel, o cartão, o plástico, o vidro, o metal, a madeira e os RUB	50%	32.12.2020
Reciclagem de resíduos de embalagem	70%	32.12.2020
Retoma de materiais com origem em recolha seletiva	47 kg.hab.ano	32.12.2020

Tabela 1) Parâmetros e metas globais do PERSU2020

No REA de 2016 é possível verificar alguns dados importantes como por exemplo a produção de resíduos urbanos em Portugal continental, que em 2015 atingiu os 4,52 milhões de toneladas, correspondendo a uma produção média diária de 1,26 kg por habitante. Isto significa que, cada habitante português produziu em média 460 kg de resíduos sólidos urbanos por ano, uma produção sensivelmente superior à registada em 2014 onde foram atingidos os 4,47 milhões de toneladas de resíduos urbanos. De acordo com os dados base deste documento, a evolução portuguesa no contexto da produção de resíduos é feita da seguinte forma:

Região/Ano	2011	2012	2013	2014	2015
Portugal Continental	4888	4525	4363	4474	4523
Região Autónoma da Madeira	124	114	106	110	110
Região Autónoma dos Açores	147	143	139	136	132
<b>Total</b>	<b>5159</b>	<b>4782</b>	<b>4608</b>	<b>4719</b>	<b>4765</b>
<b>Variação face a 2012</b>	-	-	3,64%	1,32%	0,36%

Tabela 2 - Evolução portuguesa no contexto de produção de resíduos (fonte: APA)

Face aos compromissos do PERSU2020 e tendo presente que o ano de 2016 já se encontra encerrado, faltando apenas contabilizar os dados, fica-se com a sensação que muito provavelmente a meta de redução de 7,6% de resíduos para 31 de Dezembro de 2016 terá ficado muito aquém do esperado. Urge tomar novas medidas para que se consigam cumprir os 2020, que apostem verdadeiramente



na prevenção e redução, estratégias a montante dos sistemas de gestão de resíduos e que se sabe serem de difícil mas necessária aplicação.

Estes resíduos foram encaminhados para diversas instalações e submetidos a operações distintas de gestão nomeadamente : 24% de tratamento mecânico e biológico (TMB), 9% para valorização material, 10% para tratamento mecânico (TM), 2% para valorização orgânica, 21% para valorização energética e 34% para deposição em aterro.

Nos dados apresentados, sugere-se que a percentagem global de resíduos urbanos encaminhados para operações de tratamento, valorização e reciclagem ainda são inferiores à percentagem de resíduos encaminhados para operações de eliminação – 55% - (como por exemplo a deposição em aterro ou a incineração), o que é indicador da perpetuação de más Políticas Ambientais.

Era igualmente importante ser feita uma distinção entre os resíduos que são diretamente encaminhados para incineração e aqueles que são provenientes de processos de valorização, como é o caso dos CDR (combustível derivado de Resíduos), já que a primeira opção não cumpre os princípios estabelecidos pelo PERSU 2020, nem responde aos critérios da Economia Circular.

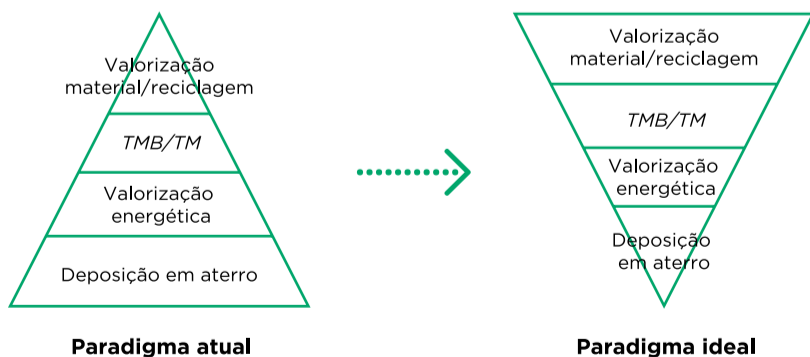
Mais grave, estas percentagens não reflectem o quantitativo do refugo e linha de bypass dos resíduos que chegam ao TMB. Sendo certo que são ainda uma percentagem muito significativa, e tanto maior quanto menor a eficiência do sistema, e que têm como destino final os aterros, podemos estar aqui a falar de uma diferença grande entre os valores apresentados para deposição em aterro e os valores reais, pondo em risco o cumprimento de metas do PERSU2020. De facto, tal como é referido nas estatísticas do Eurostat de 2016, o TMB deve ser referido como um pré-tratamento já que existe à posteriori sempre um destino final, seja ele aterro, valorização orgânica, valorização energética ou reciclagem.

Desta forma, sugere-se que Portugal, à semelhança da maioria dos estados-membros passe a tratar estes dados para que reflitam as verdadeiras percentagens em destino final já que assim corre-se o risco de apenas mascarar resultados. Os TMB são uma peça chave na valorização de resíduos pelo que o investimento nestas unidades permitirá um maior desvio de rejeitados de aterro ou outras formas de eliminação. Terá de se pensar em como um modelo de exploração, torne os sistemas verdadeiramente sustentáveis para que as operações de eliminação direta sejam cada vez menos utilizadas em detrimento de soluções que promovam a valorização, tal como previsto na estratégia comunitária de gestão de resíduos.

Quanto à recolha seletiva, a mesma não tem tido uma variação significativa ao longo dos anos, situando-se nos 13,4 %. De facto, não obstante, o esforço feito nos últimos anos com a instalação de equipamentos e serviços de recolha, as taxas de recolha seletiva continuam muito baixas face aos valores preconizados. Nesse sentido, o REA aponta que *“Urge por isso, e para além da mera construção de infraestruturas, implementar medidas que constituam efetivos upgrades aos SGRU existentes e aos modelos de recolhas, possibilitando o aumento dos quantitativos de recicláveis alvo de preparação para reutilização e reciclagem.”*

Já a taxa de preparação para reciclagem aumentou muito expressivamente de uns 18% em 2008 para 38% em 2015, ainda assim longe da meta de 2020, pelo que existe ainda um enorme esforço a fazer nesta matéria.

Hierarquia de Gestão de Resíduos, e em consonância com os princípios da Economia Circular.



### Reciclagem de Resíduos de Embalagens

Portugal mantém o compromisso de alcançar as metas de valorização e reciclagem de resíduos de embalagens estabelecidas pelo Decreto-Lei n.º 366-A/97, na sua redação atual, que transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva 2004/12/CE, as quais consistem no cumprimento, até ao final de 2011, de um mínimo de valorização de 60% (em peso), do qual pelo menos 55% deverá corresponder a reciclagem, com metas sectoriais mínimas de reciclagem de:

- i) 60% para resíduos de embalagens de papel/ cartão; ii) 60% para resíduos de embalagens de vidro;
- iii) 50% para resíduos de embalagens de metal; iv) 22,5% para resíduos de embalagens de plástico; v) 15% para resíduos de embalagens de madeira.

Até à definição de novas metas, assumem-se como metas a cumprir as correspondentes aos valores

definidos para 2011.

No que respeita ao fluxo dos resíduos de embalagens a produção atingiu os 1,58 milhões de toneladas, o que significou uma taxa de reciclagem na ordem 60%. Esta produção de resíduos de embalagens permitiu não só cumprir a meta estabelecida para este fluxo, na ordem dos 55%, como a ultrapassar ligeiramente.

As embalagens de papel e cartão, plástico, metal e madeira apresentaram uma taxa de reciclagem igual ou superior às metas estabelecidas, apenas o vidro não alcançou a respetiva meta por 1% de diferença.

### Reciclagem de Fluxos Específicos de Resíduos

A produção e gestão dos fluxos específicos de resíduos, nos quais se incluem as embalagens e os resíduos de embalagens, os óleos lubrificantes usados, os pneus usados, os resíduos de equipamento elétrico e eletrónico (REEE), os resíduos de pilhas e acumuladores, os veículos em fim de vida (VFV) e os resíduos de construção e demolição (RCD), atingiram taxas de reciclagem que permitiram o cumprimento das metas globais estabelecidas pela legislação para estes fluxos de resíduos.

### Movimento Transfronteiriço de Resíduos

Cada país deve assegurar a gestão dos resíduos que produz, e que apenas em situações de exceção os mesmos possam ser transferidos de e para outros Estados Membros. Contudo, diversas causas estão na origem do não cumprimento deste princípio, entre elas a falta de uma estratégia adequada para a gestão de resíduos ou os mercados ilegais no encaminhamento de resíduos, que provocam a “fuga” de resíduos das instalações licenciadas, causando o seu sobredimensionamento e por conseguinte a sua instabilidade financeira. Esta realidade leva a que muitos operadores procurem uma solução financeira para a viabilidade da empresa, através da importação de resíduos.

Face a esta situação, salienta-se a necessidade de controlar todos os movimentos de resíduos em Portugal, bem como a articulação entre todas as entidades envolvidas nestes processos, de forma a assegurar a transparência dos mesmos.

Existe também uma necessidade de reformulação da legislação neste sector, de forma a que seja mais flexível, permitindo que os resíduos importados ou exportados para operações de eliminação, e que possuam ainda condições para serem valorizados e reciclados, possam ser otimizados e recuperados para estas operações, respeitando assim a Hierarquia de Gestão de Resíduos.

### Ecovalor - taxas associadas à gestão de fluxos específicos de resíduos e resíduos radioativos

O ano de 2015, num total de rendimentos obtidos pelas Entidades Gestoras de Resíduos, resultantes das prestações financeiras, denominado por Ecovalor, e assumidas pelo produtor dos impactes ambientais associados aos produtos, atingiu os 101.430.185 €, o que representou um crescimento na ordem dos 21%, em comparação com o ano anterior. Verificou-se por outro lado, uma aproximação dos rendimentos obtidos em 2015 com o ano de 2011, onde as entidades gestoras investiram cerca de 4.440.654 € em campanhas de sensibilização e comunicação, enquanto o investimento em campanhas e projetos de investigação e desenvolvimento rondou os 472.593 €. Por outro lado, importa referir que os impostos com relevância ambiental renderam 4,35 mil milhões de euros aos cofres do Estado, colocando esta fonte de receita fiscal associada aos aspetos ambientais, pelo terceiro ano consecutivo, numa curva ascendente.

### Resíduos radioativos (RR)

A evolução dos RR recolhidos desde 2001 aponta para um acréscimo anual de aproximadamente 8 m3 de resíduos após acondicionamento. No entanto, é de salientar que esta tendência se inverteu nos últimos dois anos, com uma diminuição dos RR recolhidos.

Tendo em conta os valores de liberação e de exclusão que permitem entregar parte destes resíduos a terceiros, é de esperar que este volume continue a diminuir.

Salienta-se a necessidade de, neste setor, diminuir a produção, o volume de RR armazenados e o encargo a deixar às gerações vindouras.

### Avaliação final

Faltam estratégias a montante dos sistemas de gestão, ao nível da prevenção e redução que promovam comportamentos ambientalmente mais corretos e promovam taxas de recolha seletiva mais altas, bem como alterações nos mecanismos legislativos e financeiros que promovam definitivamente as operações de valorização em detrimento das de eliminação diretas e tornem os sistemas sustentáveis. Faltam pouco mais de 3 anos para o horizonte do PERSU2020 e, por isso, urge pensar em novas formas de abordagem integrada.

Uma das vantagens do PERSU é exatamente não restringir técnicas nem defender a utilização de apenas uma solução mas antes definir objetivos a atingir, pelo que deveriam ser pensadas e adotadas estratégias para mudar o paradigma na gestão dos resíduos urbanos, tendo já como objetivo 2030, de forma a inverter a pirâmide das operações de gestão de resíduos, em sintonia com a Hierarquia de Gestão de Resíduos, e em consonância com os princípios da Economia Circular. 🌱

Nota: O Relatório de Estado do Ambiente referente ao ano de 2015 encontra-se disponível para consulta e download em [https://issuu.com/apambiente/docs/rea2016\\_28dez](https://issuu.com/apambiente/docs/rea2016_28dez).

# QUERCUS ORGANIZA E PARTICIPA EM ENCONTROS SOBRE ALTERNATIVAS AOS HERBICIDAS

Por Alexandra Azevedo

Em outubro realizaram-se dois importantes encontros, um no Porto e outro em Lisboa, para discutir alternativas aos herbicidas, com destaque para o glifosato, sinal da crescente preocupação em relação a este assunto. No entanto, o debate público está ainda no seu início e muito há ainda para fazer para sensibilizar toda a sociedade (responsáveis políticos, técnicos e cidadãos em geral) e generalizar as práticas não químicas de controlo de plantas infestantes.

Foi muito interessante a partilha de informações, e o conhecimento de algumas dificuldades sentidas no terreno e esperamos que tenha ficado claro que há efetivamente alternativas viáveis ao controlo de plantas infestantes sem o uso de herbicidas, e algumas medidas-chave na estratégia a seguir para alcançar este objetivo. Assim, é necessária uma abordagem mais alargada de olhar o espaço público colocando a saúde pública e o ambiente em primeiro lugar. O sucesso na mudança de práticas será tanto maior quanto maior for a cooperação e o compromisso de vários setores da sociedade, como os responsáveis políticos, população e organizações não-governamentais, sendo fundamental também a formação adequada dos jardineiros.

## Encontro Técnico sobre “Alternativas ao uso de herbicidas de síntese química em ambiente urbano”, 25 de outubro de 2016, Porto

Este evento organizado pelo Conselho Regional Norte do Colégio de Engenharia do Ambiente da Ordem dos Engenheiros realizou-se na sede da Região Norte da Ordem dos Engenheiros no Porto e pretendeu com um debate alargado, reunir especialistas em diversas áreas de atuação por forma a clarificar e informar sobre a eficiência e eficácia das alternativas ao uso de herbicidas de síntese química em ambiente urbano, as suas implicações na gestão da limpeza e higiene urbana das cidades e os custos associados. A Quercus participou no painel de oradores através de Alexandra Azevedo, coordenadora da Campanha contra Herbicidas em Espaços Públicos, que contou ainda com o Eng.º José Franco da Divisão Municipal de Jardins da Câmara Municipal do Porto) e do Eng.º Bruno Cunha, técnico da Hidurb-Gestão de Resíduos, S.A.

Inscreveram-se mais de 60 pessoas na sua maioria membros da ordem e alguns técnicos de autarquias na envolvente do Porto.

## Encontro sobre “Alternativas aos Herbicidas/Glifosato”, 28 de outubro, Lisboa

Este encontro foi organizado por 3 entidades: a QUERCUS – Associação Nacional de Conservação da Natureza, a Junta de Freguesia da Estrela e o Grupo de Cidadãos “Lisboa Livre de Herbicidas/Glifosato”, sendo a anfitriã a Junta de Freguesia da Estrela, e debateu as alternativas aos herbicidas/Glifosato e os passos a tomar para a eficácia desta opção.

Com um painel e uma plateia muito diversa foi um encontro particularmente rico em partilhas. Assim, quanto ao painel de oradores pela Junta de Freguesia participaram o presidente, Luís Newton, e Eunice Afonso, engenheira agrónoma e formadora do IEFP que tem colaborado com a Junta de Freguesia da Estrela na formação dos seus jardineiros; pela Quercus participaram João Branco, Presidente da Direção Nacional, Alexandra Azevedo, da Campanha contra Herbicidas em Espaços Públicos, Carla Madeira, arquiteta paisagista e dirigente do Núcleo Regional da Guarda, e Dimitri de Valk da PAN – Pesticides Action Network, a convite da Quercus, via skype com a tradução simultânea assegurada pela Paula Silva; e, finalmente, da parte do grupo de cidadãos participou José Franco.

## O testemunho da Junta de Freguesia da Estrela

Merece destaque neste artigo a intervenção do Presidente da Junta de Freguesia da Estrela, Luís Newton, que, na abertura do encontro, partilhou as experiências no terreno e as principais lições aprendidas. Sem qualquer período de transição o uso de herbicidas foi abandonado, há cerca de 2 anos e meio, o que gerou uma situação por vezes caótica em alguns arruamentos após os primeiros 6 meses pela incapacidade dos meios existentes, mas decidiram ser persistentes e ao invés de cederem às pressões surgidas nesse momento para se voltar à aplicação de herbicidas investiram em mais equipamentos para monda mecânica e térmica e melhoraram a conjugação desses meios. Prosseguem este percurso procurando melhorar continuamente a gestão dos espaços da freguesia, nomeadamente através da formação dos jardineiros.



Abertura do Encontro de Lisboa pelo Presidente da Junta de Freguesia da Estrela, Luís Newton

## Debate

No final das apresentações houve um animado debate e diversas partilhas pelo público presente composto por técnicos e responsáveis políticos de outras autarquias, deputados da Assembleia Municipal de Lisboa, moradores da Estrela, membros de ONGs e outros cidadãos. Não cabendo aqui referência a todas intervenções talvez destacaria duas: uma participante, que tinha vivido 3 anos na Holanda e 6 anos na Alemanha e vive em Portugal há um ano, testemunhou que o que mais a intrigou em Portugal foi o facto de os jardins públicos não terem insetos e a falta de ervas pelo uso dos herbicidas um pouco por todo o lado; outra identificou-se como pertencente a uma associação recentemente constituída, Guerreiras de Portugal, lançou o alerta de que é preciso agir pois ela assim como a Presidente da Associação, também presente, apesar das suas idades relativamente jovens, 32 e 33 anos, enfrentam o segundo cancro!

## Perspetivas de futuro

A Quercus está a planear a organização de outro encontro com data prevista para a última semana de março de 2017 ficando integrado na agenda internacional da Semana sem Pesticidas, tendo já sido solicitada a colaboração da ANAFRE e da ANMP – Associação Nacional dos Municípios Portugueses.

A Junta de Freguesia da Estrela está disponível para partilhar com outras autarquias os conhecimentos adquiridos e as práticas que estão a implementar.

O Grupo de Cidadãos “Lisboa Livre de Herbicidas/Glifosato” continuará a fazer tudo o que está ao seu alcance para que o fim do uso de herbicidas na área do município de Lisboa seja uma realidade.

## Voto de saudação

A Assembleia Municipal de Lisboa, na sua sessão realizada no dia 18 de outubro de 2016, deliberou e aprovou por unanimidade o “Voto de Saudação – Encontro sobre Alternativas aos Herbicidas/Glifosato” (Voto nº7/120) apresentado pelo PAN – Partido pelos Animais e pela Natureza para saudar o “Grupo de Cidadãos por uma Lisboa Livre de herbicidas/Glifosato, a Quercus-ANCN e a Junta de Freguesia da Estrela, mostrando assim o seu reconhecimento pela iniciativa e pelo empenho em presença”.



Painel do Encontro de Lisboa



Painel do Encontro Técnico do Porto

## Website do projeto “Pesticide Free Towns” (Localidades sem Pesticidas) já tem versão em português

A Quercus realizou a versão portuguesa do website do projeto “Pesticide Free Towns” (Localidades sem Pesticidas), [www.pesticide-free-towns.info](http://www.pesticide-free-towns.info), e está assim disponível mais uma importante ferramenta de divulgação e partilha de práticas alternativas aos pesticidas.

# BIOGEOGRAFIA

## NÚCLEO DE AVEIRO

Núcleo Regional de Aveiro da Quercus



Jornada de voluntariado no Cabeço Santo

### Quercus promoveu ações de plantação de árvores e de divulgação dos valores do Projeto Cabeço Santo

Nos dias 3, 7 e 17 de dezembro, o Núcleo Regional de Aveiro promoveu ações de plantação de árvores autóctones no Cabeço Santo, em Águeda.

A iniciativa marcou o início das plantações do Projeto neste outono-inverno 2016-2017.

Os voluntários plantaram carvalhos, sobreiros, castanheiros e medronheiros.

As árvores plantadas foram apadrinhadas por diversos cidadãos e pelas empresas EPEDAL - Indústria de Componentes Metálicos - e MR. AND MRS. CORK - startup francesa que cria acessórios de alta qualidade com materiais sustentáveis.

De 22 a 26 de novembro, a equipa do Projeto Cabeço Santo realizou um conjunto de palestras e ações de produção de bolas de sementes e de plantação de árvores autóctones nas escolas de Aguada de Cima, Fermentelos, Águeda (Escola Fernando Caldeira) e Pardilhó (Estarreja).

A equipa do Projeto Cabeço Santo participou também numa ação de plantação de árvores autóctones em Eixo (Aveiro). O Agrupamento de Escoteiros de Aveiro organizou este evento de envolvimento comunitário que visou a reflorestação do campo do Forno Cerâmico Romano, povoando os espaços e substituindo espécies exóticas por espécies autóctones.

Estas iniciativas foram dinamizadas em conjunto com os Agrupamentos de Escolas de Águeda e de Pardilhó e contaram com o apoio das câmaras municipais de Águeda e de Estarreja e da Junta de Freguesia de Eixo. 🌱

## NÚCLEO DA GUARDA

Núcleo Regional da Guarda da Quercus

### Encontro "Alternativas aos herbicidas / Glifosato"

No dia 28 de outubro o Núcleo Regional da Guarda da Quercus A.N.C.N. participou num debate realizado na Academia da Estrela com o apoio da Plataforma de Cidadãos e da junta de freguesia da Estrela. O tema em discussão foi o Glifosato, a sua utilização massiva em vários setores, incluindo o da manutenção dos espaços verdes, e a importante procura de alternativas.

Neste debate estiveram presentes o Presidente de Junta de Freguesia da Estrela, Dr. Luís Newton em cujos objetivos de trabalho tem procurado eliminar a utilização deste herbicida. Também foi possível estabelecer contacto com a Plataforma PAN Europa pelo Dimitri que apresentou o contexto e formas de atuação na Europa.

O Presidente da Direção Nacional da Quercus, Eng.º João Branco, realçou o contexto global do problema e estudos realizados ao nível nacional onde foi diagnosticada a presença deste herbicida num grupo de cidadãos.

A sócia da Quercus e dinamizadora da campanha Autarquias sem Glifosato, Alexandra Azevedo, procurou aprofundar os problemas para a saúde. A Eng.ª agrícola Eunice Afonso apresentou técnicas de manutenção e cursos do IEFEP onde já se procura informar e apresentar alternativas.

A dirigente do Núcleo Regional da Guarda, Arq.ª Paisagística Carla Madeira, procurou apresentar o que deveriam representar os espaços verdes urbanos. Zonas verdes sustentáveis a todos os níveis, desde a correta utilização da água, ao controlo da erosão do solo e utilização preferencial de espécies autóctones, a não necessidade de utilização de herbicidas na manutenção e a importante aproximação e interação da comunidade no desenvolvimento, manutenção ou mesmo reformulação destes espaços.

### Debate "Acordo de Paris ratificado e agora?"

A Oficina 9 - Associação de Empreendedores da Guarda convidou o Núcleo Regional da Guarda da Quercus A.N.C.N. para um debate intitulado "Acordo de Paris ratificado e agora?" a partir do documentário ambientalista "Before the Flood" produzido pelo ator Leonardo Di Caprio e exibido na RTP1 a 31 de Outubro de 2016. A atividade realizou-se no dia 24 de novembro tendo decorrido após a exibição do filme um pequeno debate tendo sido convidados o Engenheiro Pedro Prata, a Arquitecta Paisagista Carla Madeira e o Investigador Pedro Cardoso para moderarem e apresentarem possibilidades de discussão sobre o tema.

Agradecemos o convite recebido pela Oficina 9 e fica o desafio de realizarmos mais atividades em conjunto no futuro.

### Ação de reflorestação em Casal de Cinza dia 26 de novembro

No dia 26 de novembro, apesar da chuva que se fez sentir toda a manhã, um grupo de voluntários juntou-se na localidade da Gata, freguesia de Casal de Cinza, para plantar algumas árvores entre medronheiros, castanheiros, carvalhos negrais e pinheiros mansos para assinalar o dia da floresta autóctone (dia 23 de novembro). Fica o link para um pequeno vídeo sobre a atividade

<https://www.youtube.com/watch?v=nf2skVDy16M>

Ficou desde logo previsto voltar ao local da plantação, para verificar o desenvolvimento da mesma, no sábado mais próximo do dia 21 de março (dia da árvore).

Agradecemos à junta de freguesia de Casal de Cinza, à Rotas e Raízes, à Comunilog e a todos os que colaboraram na atividade.



Bruno Almeida



Bruno Almeida

### 3ª edição do concurso de cozinha solar Quercus/IPG - inscrições até 31 de janeiro

Encerram no dia 31 de janeiro as inscrições para a 3.ª edição do Concurso de cozinha solar organizado juntamente entre o Núcleo Regional da Guarda da Quercus - A.N.C.N. e o Instituto Politécnico da Guarda. Trata-se de um concurso dirigido a alunos do ensino básico e secundário ou ensino equivalente. Para além das escolas do distrito da Guarda podem concorrer as escolas dos concelhos de Belmonte, Covilhã e Fundão do distrito de Castelo Branco.

O Regulamento pode ser acedido através do seguinte link <http://cozinha-solar-quercus.blogspot.pt/>. O Núcleo Regional da Guarda da Quercus - A.N.C.N. e o Instituto Politécnico da Guarda agradecem ao mecenas do concurso: Firm Questions e aos apoios: MoviJovem, Science4you e Via Rápida.

### Espaço do sócio do Núcleo Regional da Guarda

Iniciamos no jornal n.º 76 um espaço de opinião no qual os sócios da área de intervenção do Núcleo Regional da Guarda da Quercus A.N.C.N. podem dar as suas opiniões bastando para isso enviar um mail para o endereço [guarda@quercus.pt](mailto:guarda@quercus.pt) com o que pretendem publicar. A direção do Núcleo reserva-se no direito de não publicar caso considere o conteúdo desadequado.

Mantém-se o desafio dos sócios da área geográfica do Núcleo da Guarda colaborarem na organização ou sugestão de atividades, acompanhamento de denúncias, entre outras tarefas.

Os interessados em colaborar deverão enviar um mail para [guarda@quercus.pt](mailto:guarda@quercus.pt) a manifestar o seu interesse. 🌱

# NÚCLEO DE BRAGA

Núcleo Regional de Braga da Quercus

**Poda de Fruteiras**  
"curso"  
**4 e 18 Março 2017**  
10h às 12h 30m  
14h às 17h 30m  
Quinta Pedagógica de Real, Braga  
> Sócios: 38€  
> Não Sócios: 47€  
> Mínimo de inscrições:  
10 Formandos  
> Inscrições: [www.braga.quercus.pt](http://www.braga.quercus.pt)  
> Informações: [braga@quercus.pt](mailto:braga@quercus.pt)  
927 986 133

**Agricultura Biológica**  
CURSO  
**25 Fevereiro**  
1 Abril  
6 e 20 Maio  
3 Junho  
1 Julho  
14h 30 às 17h 30  
Quinta Pedagógica de Real, Braga  
> Sócios: 54€  
> Não Sócios: 67€  
> Mínimo de inscrições:  
11 Formandos  
> Inscrições: [www.braga.quercus.pt](http://www.braga.quercus.pt)  
> Informações: [braga@quercus.pt](mailto:braga@quercus.pt)  
927 986 133

**Apicultura em Modo de Produção Biológica**  
CURSO  
teórico  
**3, 10 e 17 Março 2017**  
> 19h 30 às 23h 30  
prático  
**4 e 11 Março 2017**  
> 9h às 13h  
Mosteiro de S. Martinho de Tibães, Braga  
> Sócios: 71€  
> Não Sócios: 87€  
> Mínimo de inscrições:  
10 Formandos  
> Inscrições: [www.braga.quercus.pt](http://www.braga.quercus.pt)  
> Informações: [braga@quercus.pt](mailto:braga@quercus.pt)  
927 986 133

## Oficina de Tapeçaria de Arraiolos

Durante o mês de outubro, na Quinta Pedagógica, aos sábados, uma oficina de tapeçaria de Arraiolos com 7 formandos. A camaradagem rapidamente se instalou e tornou-se usual alguém levar um bolo, que partilhavam com chá, feito na hora.



Imelda Neves Costa

Oficina de Tapeçaria de Arraiolos

## Oficina de Saboaria e Cosmética Natural

No dia 5 de novembro, decorreu nas instalações da Quinta Pedagógica de Braga uma Oficina de Saboaria e Cosmética Natural organizada pelo Núcleo de Braga. Nesta oficina foi elaborado um sabão artesanal com o intuito de se mostrar, passo a passo, todo o processo de fabricação destes sabões à base de óleos. Falou-se também das propriedades dos óleos essenciais, gorduras e manteigas que podem ser utilizadas na elaboração de cremes, bálsamos, pasta de dentes entre outros produtos, sem ter que recorrer aos químicos de síntese, tão nocivos para a nossa pele e saúde em geral.



Ana Cristina Costa

Oficina de Saboaria e Cosmética Natural

**Oficina de Algas**

Com 10 formandos, levou-se a cabo a Oficina de Algas, na Quinta Pedagógica, no dia 12 de novembro, seguida de consumo da entrada preparada: tomates recheados com wakame e dulce, prato principal: feijoada de vegetais e alga kombu rápida com arroz de sultanas e alga esparguete do mar; creme de agar-agar de peras, tudo acompanhado de sumo de pera com espirulina. Enquanto a comida apurava ao lume, tivemos uma breve sessão teórica, em que nos foi demonstrada a importância do consumo de algas como alimento rico em diversos sais minerais, fibras e vitaminas.

**Transplante de Floresta Autóctone**

No dia 19 Novembro decorreu, no Bom Jesus do Monte, em Braga, mais uma ação de sensibilização para o controlo de mimosas, com a realização de transplante de Floresta Autóctone, organizado pelo Núcleo da Quercus de Braga em parceria com a confraria do Bom Jesus do Monte. O local escolhido para o transplante foi um terreno onde se efetuaram mobilizações de solo em taludes pelo que foi necessário segurar as terras com novas plantações. As espécies escolhidas foram os carvalhos, sobreiros e azevinhos que fazem parte da nossa floresta autóctone que tanto devemos preservar.



Florestação no Bom Jesus de Braga

Bruno Macedo

**Visita ao Ecoparque Braval**

Integrada na Semana Europeia da Prevenção de Resíduos, o Núcleo de Braga organizou uma visita ao Ecoparque Braval, no dia 26 de novembro, no sentido de motivar as pessoas a reduzirem a produção de resíduos. O Diretor Adjunto, Dr. Pedro Machado, orientou a visita com uma introdução em sala, seguida de visita às instalações: centro de triagem, ecocentro, centro de valorização orgânica, unidade de biodiesel, armazém de REEE, passando pelo queimador de biogás, e finalmente, o aterro, propriamente dito.



Tiago Moreira

Visita ao Ecoparque Braval

**Visita do Projeto Rios**

Completou-se mais um ano de visitas aos dois troços de rio adotados pelo Núcleo de Braga: o ribeiro de Pinheirinho, que desagua no rio Cávado e a nascente do rio Este. Neste último nada houve a reportar, a não ser a retirada de aduelas e rede que tinham colocado no rio, numa tentativa de o vedarem, impossibilitando aos cidadãos o acompanhamento dessa linha de água e que oportunamente foi denunciado por nós ao SEPNA. Agora foi a vez de denunciarmos uma situação no ribeiro de Pinheirinho. Parte do troço tem as margens terraplanadas e muradas, e uma zona húmida foi drenada. Denunciamos ao SEPNA e aguardamos a resposta dessa autoridade.



Ana Cristina Costa

Projeto Rios - Ribeira do Pinheirinho

**Lançamento de Granadas de Sementes e Florestação**

Apesar da tarde estar pouco atraente para atividades ao ar livre, compareceram cerca de 20 pessoas que plantaram 70 árvores e arbustos e lançaram uma centena de granadas de sementes, previamente preparadas por um parceiro do Núcleo: a APACI, de Barcelos. A zona foi escolhida por ser terreno de uma autarquia e ter sofrido um incêndio no último verão.



Tiago Moreira

Lançamento de Granadas de Sementes e Florestação

**Dia do Voluntariado**

O Núcleo de Braga foi convidado a apresentar-se numa sessão sobre voluntariado, no dia 5 de dezembro, para alunos da Escola Secundária Carlos Amarante, em Braga. Acedemos e em 15 minutos apresentamos a associação, apelando ao voluntariado, por parte dos jovens.

**NÚCLEO DE CASTELO BRANCO**

Núcleo Regional de Castelo Branco da Quercus

**Caça ilegal atinge várias espécies protegidas \_Filipa Lopes, médica-veterinária**

Dois milhafres-reais (*Milvus milvus*), duas águias-de-asa-redonda (*Buteo buteo*) e um mocho-galego (*Athene noctua*) têm em comum muito mais do que terem entrado no CERAS - Centro de Estudos e Recuperação de Animais Selvagens de Castelo Branco - nestes últimos três meses de Outubro, Novembro e Dezembro. Foram vítimas de tiro, apesar das espécies em causa não serem cinegéticas, mas antes protegidas. Ainda que o número de caçadores em Portugal tenha vindo a diminuir consideravelmente nos últimos anos, esta forma de perseguição direta a espécies

selvagens protegidas continua a ser uma das principais causas de entrada nos centros de recuperação, sobretudo nesta altura do ano.

O primeiro caso a surgir foi o de uma das águias-de-asa-redonda. Entrou no CERAS incapaz de se colocar em pé e com a cabeça sempre a pender para o lado esquerdo. Foram realizadas várias radiografias para determinar a localização dos chumbos, bem como a extensão das lesões provocadas pelo seu trajeto. Infelizmente, as melhorias que o animal exibiu após um mês de tratamento não foram suficientes e foi realizada a eutanásia. O mesmo fim teve a outra águia-de-asa-redonda logo no momento da sua admissão ao hospital de animais selvagens. O seu estado geral era bastante grave, encontrando-se caquética e muito desidratada, além de que apresentava uma fratura na asa direita aberta e antiga, com perda de vitalidade do osso e dos tecidos envolventes.



Mocho-galego (*Athene noctua*) em recuperação no CERAS

Um dos milhafres-reais entrou no CERAS já sem vida, com várias fraturas abertas e lesões internas. A radiografia é bastante ilustrativa: podem ser contados oito bagos de chumbo espalhados por todo o corpo. O outro milhafre encontra-se em recuperação de uma fratura na asa esquerda e de várias feridas e hematomas espalhados pelo corpo, nas zonas onde os chumbos ficaram alojados. Porém, trata-se de uma espécie com estatuto de conservação em Portugal de Criticamente em Perigo, uma vez que a sua população é reduzida no nosso território e encontra-se em declínio. O mocho-galego, um pequeno mocho com pouco mais de cem gramas, é uma espécie que faz as delícias de todos os voluntários que passam pelo CERAS, o que não impede, contudo, que também ela seja vítima de disparo. Entrou no nosso centro com duas fraturas, uma na asa e outra na pata, mas felizmente a sua recuperação tem sido positiva e planeia-se para breve a sua libertação em Portalegre.

Estes casos ilustram o quão resistentes e estoicas podem ser as aves selvagens que compõem a nossa fauna. Em qualquer das situações, os animais tentaram sobreviver até ao fim, mesmo que não fossem capazes de voar ou sequer endireitar a cabeça, alimentando-se de pequenos insetos no solo, que seriam o único alimento capazes de obter. O disparo sobre animais de espécies protegidas é ilegal e a situação deve ser denunciada ao SEPNA/GNR através da linha SOS AMBIENTE (808 200 520).



Radiografia do milhafre-real (*Milvus milvus*) que deu entrada já sem vida no CERAS, na qual se podem contar oito bagos de chumbo espalhados pelo corpo do animal

#### Raquel Crespo\*

Iniciei recentemente a minha “viagem” em direção a uma nova experiência, com uma bolsa ERASMUS. O local escolhido foi Castelo Branco, mais especificamente o Centro de Estudos e Recuperação de Animais Selvagens (CERAS). A primeira vez que ouvi falar sobre o CERAS foi durante uma aula do mestrado, na qual a anterior médica-veterinária nos deu a conhecer o trabalho realizado no centro. Nessa ocasião tudo parecia muito distante e agora estou aqui. Apesar das diferenças linguísticas tem sido ótimo trabalhar com esta equipa maravilhosa.

Logo no primeiro dia, tive a oportunidade de participar na libertação de um grifo (*Gyps fulvus*) em Salvaterra do Extremo, onde divulgámos o Eco Festival Salvaterra 2017, e percebi que esta experiência seria repleta de emoções.

Desde a minha chegada ao CERAS vários animais deram entrada por diversas causas, como atropelamento e colisão com linhas elétricas. Dois casos em particular chamaram a minha atenção e deram-me a perceber o enorme caminho para a consciencialização que ainda temos de percorrer se quisermos preservar a biodiversidade incrível e maravilhosa que (ainda) nos rodeia. Um deles foi o caso de uma águia-de-asa-redonda (*Buteo Buteo*), que entrou no CERAS com chumbo alojado na cabeça, depois de ter sofrido um tiro. O pobre animal, perdeu o seu sentido de equilíbrio e a sua cabeça girava completamente sem que ele pudesse evitá-lo. Esteve internado e melhorou ligeiramente com a medicação administrada desde o primeiro dia e um pequeno procedimento cirúrgico de limpeza do ouvido. Infelizmente, as melhorias foram muito ligeiras e salvaguardando o bem-estar do animal, foi realizada a eutanásia. O outro caso é a história de duas crias de bufo-real (*Bubo bubo*) que foram confiscadas, pois estavam a ser mantidos em cativeiro ilegal em gaiolas. Um deles teve um final feliz: depois de uma recuperação de dois meses e meio pôde ser libertado na natureza. No entanto, o outro não teve a mesma sorte, já que apresentava várias fraturas em ambas as asas. Uma delas, no úmero da asa direita, era antiga e sem resolução, impedindo esta grande ave de rapina noturna de voar. Portanto, este animal, infelizmente, não poderá nunca ser devolvido ao seu ambiente natural.

Sem dúvida, este será o início de um longo trajeto que vai durar 6 meses e no qual eu terei o privilégio de fazer parte de cada um dos eventos e momentos que surgem neste lugar incrível. Certamente, isto é algo que eu recomendaria que todos fizessem! 🐾

\*bióloga, a realizar estágio curricular no núcleo da Quercus de Castelo Branco, em mobilidade através do programa ERASMUS (Espanha).

## NÚCLEO DE PORTALEGRE

Núcleo Regional de Portalegre da Quercus

#### Libertação de ave recuperada no CERAS - Dezembro de 2016

O Núcleo Regional de Portalegre da Quercus e o CERAS - Centro de Estudos e Recuperação de Animais Selvagens procederam à libertação, no dia 15 de dezembro, na Tapada da Escola Básica José Régio, em Portalegre, de uma ave de rapina (Mocho-galego, *Athene noctua*) que foi encontrada debilitada no concelho de Portalegre e posteriormente recuperada no Centro de Recuperação de Animais Selvagens da Quercus, localizado em Castelo Branco. Vários sócios e cidadãos, entre os quais cerca de duas dezenas de alunos, compareceram nesta ação de libertação, tendo a mesma sido uma excelente oportunidade para sensibilizar os presentes para a temática da conservação da natureza e a proteção das espécies silvestres.

Ao longo do ano, o Núcleo Regional de Portalegre da Quercus recolhe diversos de animais silvestres no Distrito, colaborando com a GNR - Sepna e com o Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas na estabilização e encaminhamento destes animais para os Centros de Recuperação de Animais Silvestres. Promove igualmente várias ações de libertação dos animais recuperados, sempre que possível junto aos locais de recolha, de forma a sensibilizar a população e a envolvê-la na proteção da vida selvagem.

#### À descoberta da Serra de S. Mamede” - 12 de Novembro de 2016

O Núcleo Regional de Portalegre da Quercus organizou no dia 12 de Novembro, uma saída de campo no Parque Natural da Serra de S. Mamede.

O Parque Natural da Serra de S. Mamede ocupa uma área aproximada de 31 750 ha, distribuídos pelos concelhos de Portalegre, Castelo de Vide, Marvão e Arronches, abrangendo dois tipos de paisagem completamente distintos. A Sul, as típicas planícies alentejanas, e a Norte, uma zona de declives mais acentuados que permitem a proliferação de um diversificado coberto vegetal. Trata-se de um local que, pelas diferentes tipologias do seu clima e geologia, apresenta uma biodiversidade notável que se manifesta sobretudo na sua flora.



Com esta atividade, pretendeu-se tomar contacto com a beleza e diversidade das paisagens existentes no Parque Natural da Serra de S. Mamede, sendo que ao longo da mesma foi possível observar e identificar alguma da sua diversidade florística (carvalhos, castanheiros, sobreiros, azinheiras, etc.) e faunística (grifos, milhafre-real, gaios, águia-de-asa-redonda, etc.). Pretendeu-se igualmente descobrir algumas das particularidades geológicas da região e comprovar a tipicidade das suas povoações e respetivas tradições culturais, através da participação na Feira da Castanha e Festa do Castanheiro, na vila de Marvão.

Participaram nesta atividade cerca de 40 pessoas de vários pontos do país, com destaque para um grupo de alunos do Curso Técnico de Turismo Ambiental e Rural, do Agrupamento de Escolas de Sousel. O início do percurso foi em Galegos, sendo depois percorridos cerca de 12 Km, até à chegada a Marvão e à Feira da Castanha. Ao longo da atividade foram abordadas várias temáticas relacionadas com a educação ambiental, nomeadamente sobre a conservação dos recursos naturais, a identificação de espécies silvestres e a separação dos resíduos sólidos urbanos. Fica desde já o convite para comparecerem no próximo ano!



Nuno Sequiera

Visita à Serra de S. Mamede

#### Comemoração do Dia da Floresta Autóctone em Portalegre

No dia 23 de Novembro, mais de 200 alunos comemoraram o Dia da Floresta Autóctone em Portalegre, numa atividade dinamizada em conjunto pela Quercus, pelo Clube Europeu do Agrupamento de Escolas José Régio e pelo Parque Natural da Serra de São Mamede/ICNF. A atividade incluiu diversas palestras relativas ao tema da Floresta Autóctone, plantações de árvores autóctones e visitas à tapada da Escola Básica José Régio. Ao longo da semana decorreram também nesta Escola a mostra das exposições da Quercus - Conservação dos Montados e Projeto Green Cork. 🌳



Jose Janeira

Dia da Floresta Autóctone

## NÚCLEO DE COIMBRA

Núcleo Regional de Coimbra da Quercus

Em referência ao artigo publicado na edição n.º79 do Quercus Ambiente, acerca da atividade de Plantação na Praia da Costa de Lavos (pág. 17), publicamos este artigo.

### NOTA DE HISTÓRIA AMBIENTAL AS PLANTAÇÕES NAS DUNAS DA COSTA DE LAVOS (1802-1806) Por Manuel M. Fernandes

A estabilização de dunas costeiras através de sementeiras e plantações remonta, em Portugal, pelo menos ao início do séc. XIX. No litoral do antigo Couto de Lavos (Figueira da Foz), cujas areias soterravam “infinitos terrenos aráveis e de arvoredo, em outro tempo muito florescentes e viçosos”, foi realizada uma experiência pioneira, considerada “a primeira sementeira metódica que prosperou e vingou entre nós”.<sup>2</sup> Em 1802, o príncipe regente D. João encarregou José Bonifácio de Andrada e

Silva, Intendente Geral das Minas e Metais do Reino, de dirigir os trabalhos de “cultura das areias” litorais, começando pelo Couto de Lavos<sup>3</sup>. As sementeiras de pinheiro-bravo aí realizadas foram precedidas por um levantamento topográfico pormenorizado e pela instalação de valados e estacas em ângulo oposto ao dos ventos predominantes, recomendando-se o começo dos trabalhos no inverno, após as maiores chuvadas, quando a areia está mais consistente. A importância dada à vegetação espontânea é digna de nota: “Se houver lugares (como há em Lavos) onde a benigna natureza já tem principiado a criar matos, cumpre favorecê-la e ajudá-la, defendendo-os e ampliando-os”<sup>4</sup>. É preconizada a sementeira de plantas arenosas, como “camarinheiras, gramas próprias, tamargueiras e outros arbustos que vegetam na areia”, ao mesmo tempo que se semeia pinheiro, cobrindo-o com ramos de pinheiro que levam as suas pinhas, “a fim de se abrirem e semearem por si próprias”<sup>5</sup>. Os trabalhos nas dunas de Lavos seriam financiados através do imposto sobre o pescado, arrecadado pelo Real Erário.

As sementeiras e plantações iniciaram-se em janeiro de 1805, prolongando-se até março do ano seguinte. A falta de verba consignada, desviada para outras prioridades, e a perturbação causada pelas invasões napoleónicas, a partir de 1807, interromperam os trabalhos, que acabariam por ser abandonados. Contudo, a experiência adquirida na Costa de Lavos seria utilizada na *Memória* que José Bonifácio, “primeiro ecologista de Portugal e do Brasil”<sup>6</sup>, publicaria em 1815, e que constitui um verdadeiro manual para a recuperação dunar, à luz das ideias e dos conhecimentos da época. 🌳

<sup>1</sup>Informação de José Bonifácio de Andrada e Silva, dirigida ao Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Fazenda, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, em 12-06-1802 (apud António Delgado Silva, *Collecção da legislação portuguesa...* de 1802 a 1810. Lisboa: Tip. Maignrense, 1826, p. 84).

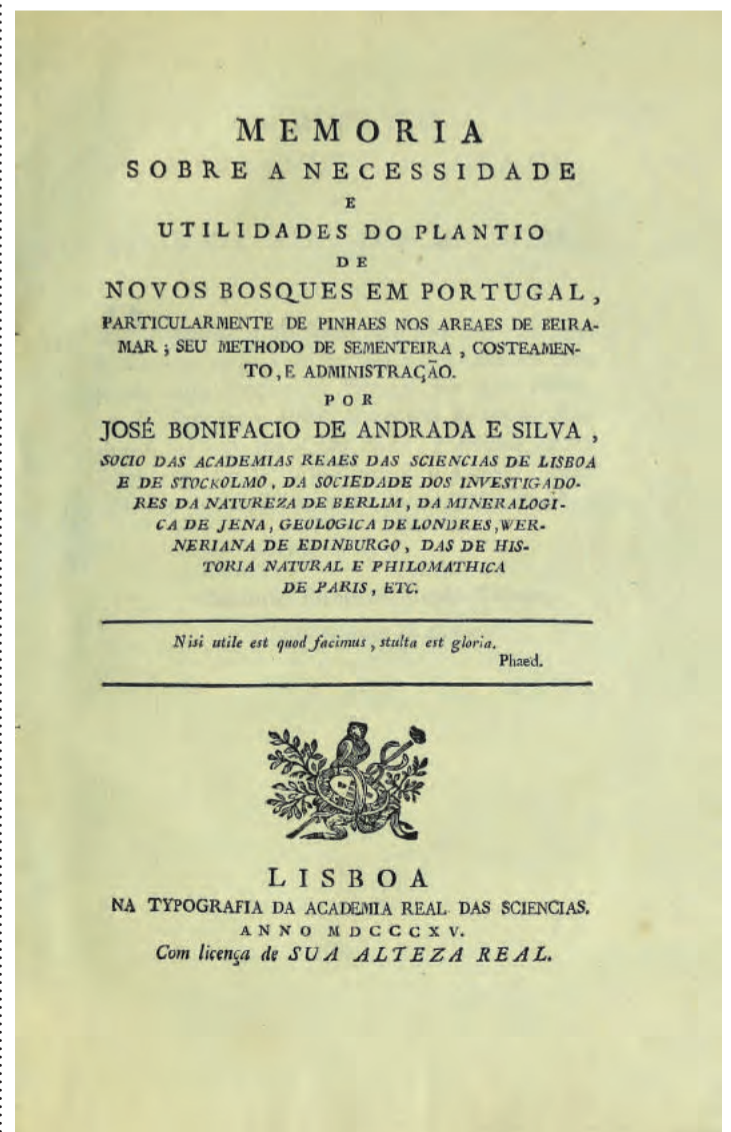
<sup>2</sup>José Bonifácio de Andrada e Silva, *Memória sobre a necessidade e utilidades do plantio de novos bosques em Portugal*. Lisboa: Tip. Academia Real das Sciencias, 1815, p. 1.

<sup>3</sup>Carta régia de 1-07-1802 (Silva, 1826: 84-85).

<sup>4</sup>*Idem*

<sup>5</sup>*Ibidem*

<sup>6</sup>Nuno Gomes Oliveira, *José Bonifácio de Andrada e Silva: o primeiro ecologista de Portugal e do Brasil*. Avintes: Águas e Parque Biológico de Gaia, 2011.



# CUIDAR DAS PARTES COMUNS

## ÓLEO DE PALMA ESTÁ A CONDENAR AS FLORESTAS TROPICAIS DO PLANETA

Grupo de Energia e Alterações Climáticas da Quercus

Apesar das claras evidências de que o biodiesel produzido a partir de óleo de palma é três vezes mais poluente do que o gasóleo, os automóveis e camiões que circulam nas estradas europeias continuam a queimar cada vez mais este biocombustível de primeira geração. De acordo com dados da OILWORLD de 2015 (1), registou-se um aumento de 3% no uso de óleo de palma para a produção de biodiesel.

O biodiesel europeu é, atualmente, o principal produto final resultante do óleo do palma, atingindo a fatia inédita de 46%. Isto significa que os condutores são, apesar de inconscientemente, os maiores consumidores de óleo de palma na Europa.

No último ano, o biodiesel à base de óleo de palma foi responsável por 32% de todo o biodiesel e por 2% de todo o gasóleo queimado na Europa, algo que poucos condutores sabem quando enchem o depósito dos seus veículos.

O biodiesel produzido a partir de óleo vegetal virgem é o **biocombustível mais utilizado no mercado europeu, com uma quota de 80% em 2015**. De todos os biocombustíveis, o óleo de palma é o mais barato, sendo também o mais poluente. As suas **emissões de gases com efeito de estufa (GEE) são três vezes mais elevadas do que as do gasóleo**. Isto porque a expansão das plantações de palmeiras tem como consequência a desflorestação e a drenagem de zonas húmidas em áreas de floresta tropical do Sudeste Asiático, da América Latina e de África, de enorme valor ecológico.

Enquanto que em áreas como a alimentação ou a cosmética, os consumidores podem facilmente evitar produtos à base de óleo de palma, no que toca aos combustíveis é diferente. A legislação europeia sobre biocombustíveis não lhes deixa grande escolha e, praticamente sem o seu conhecimento, 'força-os' a queimar óleo de palma quando conduzem. Além dos óbvios prejuízos ambientais, a atual legislação tem levado a Comissão Europeia a enganar os consumidores que tentam dar o seu melhor pelo planeta.

## 80% DOS CARROS A GASÓLEO NA EUROPA EXCEDEM EMISSÕES LEGAIS MAS TÊM LUZ VERDE PARA CIRCULAR

Grupo de Energia e Alterações Climáticas da Quercus

**Pelo menos 80% dos 26 milhões de automóveis a gasóleo a circular na Europa com emissões poluentes acima dos valores legais (aproximadamente de 20 milhões), continuam por ser regularizados por parte das entidades nacionais competentes, mais de um ano após o escândalo do Dieseltgate.**

De acordo com novos dados obtidos pela Federação Europeia de Transportes e Ambiente (T&E), da qual a Quercus faz parte, os Governos estão a bloquear a realização de testes independentes em condições de condução reais e a supervisão nas agências/entidades nacionais responsáveis pelos mesmos.

Segundo uma análise da T&E, dos cerca de 26 milhões de veículos a gasóleo poluentes a circular nas estradas europeias [1], apenas 20% poderão ser corrigidos. Desses 20%, a maioria corresponde aos veículos do grupo da Volkswagen com software ilegal para adulterar os testes de emissões - casos que serão certamente resolvidos. Contudo, os restantes 660.000 veículos de fabricantes como a Renault, a Fiat, a Opel e a Mercedes só poderão ser retirados do mercado de forma voluntária perante eventuais queixas de consumidores.

Contudo, não tem sido solicitada qualquer atuação que se traduza numa redução das emissões dos 80% dos automóveis poluentes a circular ou à espera de ser vendidos nos concessionários, apesar de imensos modelos emitirem valores muito mais elevados de óxidos de azoto (NOx) do que as marcas do grupo Volkswagen. As próprias autoridades nacionais de homologação nada fazem para informar os consumidores sobre que passos devem tomar nesse sentido.

Ainda de acordo com o T&E, os governos dos Estados-membros a União Europeia (à exceção da França e da Dinamarca) planeiam também enfraquecer estas propostas no sentido de reforçar os testes das emissões dos automóveis. O objetivo será evitar que a CE conduza testes independentes e tome medidas perante infrações. As evidências mostram também que os governos querem diluir ainda mais os já fracos critérios de avaliação da atuação desenvolvida pelas entidades reguladoras nacionais.

No passado mês de Dezembro passado, a CE abriu processos contra sete países-membros da UE, nomeadamente a Alemanha, Espanha, Reino Unido, Luxemburgo, Grécia, Lituânia e República Checa - por não terem aplicado "sistemas de sanções para dissuadir os fabricantes de automóveis de violar



Impacte do Óleo de Palma na Indonésia, de *Transportes & Environment*

Se a intensiva utilização de óleo de palma na Europa fosse replicada pelo resto do mundo, seriam necessários 4.300.000 hectares de terreno nas regiões tropicais do planeta para alimentar essa procura (2), uma área equivalente às florestas tropicais que ainda restam nas zonas húmidas do Borneo, Sumatra (Indonésia) e na península da Malásia.

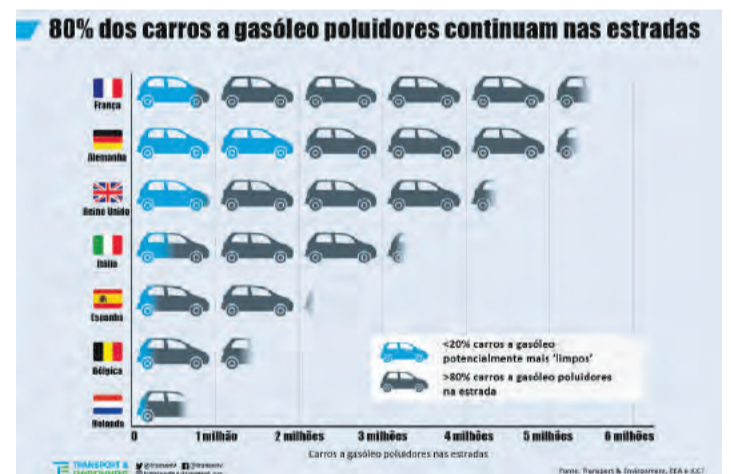
É urgente e prioritário pôr termo a esta situação que pode acabar de vez com as florestas tropicais do planeta. E o melhor local para o fazer é onde o problema começou: na Europa.

Foi nesse sentido que a Quercus, enquanto membro da Rede Europeia de Transportes e Ambiente, apelou para que a Comissão Europeia se comprometa a eliminar a produção de biodiesel de produção agrícola até 2025 e de todos os biocombustíveis de primeira geração até 2030. 🇪🇺

Notas:

(1) Entidade de referência na análise de mercado do setor de óleos vegetais.

(2) Em 2015, o preço do óleo de palma era, em média, cerca de 130 dólares por tonelada - 17% mais barato do que qualquer outro óleo vegetal na Europa (dados da OILWORLD).



Emissões de carros a gasóleo, de *Transportes & Environment*

a legislação em matéria de emissões dos veículos a motor ou que não aplicam tais sanções em caso de violação da lei”.

Para reforçar o cumprimento da legislação e a punição dos infratores, é urgente a criação de um organismo independente que avalie o desempenho dos automóveis em condições de condução reais.

Já no mês de Novembro, a Agência Europeia do Ambiente reviu em alta - para 467 mil - as suas estimativas de mortes causadas anualmente pela atmosférica. Quase 70 mil destas mortes foram resultado de excedências das emissões de dióxido de azoto (NO2), 94% das quais com origem no tráfego automóvel.

Nota:

[1] Mais de 4 em 5 veículos abrangidos pela norma Euro 5 vendidos entre 2010 e 2014 produzem mais de três vezes o valor padrão de NOx (180g/1,000km) em condições reais de condução. Dois terços dos carros abrangidos pela norma Euro 6 (a maior parte à venda desde 2015) ainda emitem mais de três vezes o limite de 80g/1,000km, ao circular na Estrada. 69% destes veículos a gasóleo poluentes foram vendidos em França, na Alemanha, em Itália e no Reino Unido. 🇪🇺

# RETROSPETIVA COP22

## FALTA DE AMBIÇÃO POLÍTICA ATRASA AÇÃO CLIMÁTICA E DEIXA MAIS LONGE O OBJETIVO DOS 1,5°C

Decorreu entre 7 e 18 de novembro de 2016, na cidade de Marraquexe, a 22ª Conferência das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas (COP22), que a Quercus acompanhou diretamente a partir de Marrocos. Apesar de inicialmente as expectativas serem elevadas quanto à definição de um roteiro ambicioso para a implementação do Acordo de Paris, a Quercus considera que a COP22 ficou aquém deste objetivo e não apresentou nada de novo em relação à COP21, em Paris.

A COP22 reuniu chefes de Estado, chefes de governo e delegações de 197 países, que adotaram por aclamação a Proclamação de Ação de Marraquexe, onde se reafirmou a “irreversibilidade da dinâmica climática” e a necessidade de “envolvimento político ao mais alto nível” de modo a que ação climática possa sustentar a concretização dos objetivos de desenvolvimento sustentável a bem das populações e do planeta.

### Muita retórica, mas pouca concretização

Os sucessivos apelos da sociedade civil são sustentados cada vez mais por robustos relatórios e estudos da comunidade científica, dando conta de que os objetivos nacionais de redução de Gases de Efeito de Estufa (GEE) estão obsoletos e são insuficientes para cumprir aquele que é o principal (e inovador) objetivo do Acordo de Paris: limitar o aumento da temperatura média do planeta o mais próximo possível dos 1,5°C, acima dos níveis pré-industriais.

À data de hoje, o Acordo de Paris tinha sido já ratificado por 115 partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas, representando mais de 70% das emissões globais de GEE. Contudo, apesar de se incluírem aqui alguns dos maiores emissores mundiais de dióxido de carbono (CO<sub>2</sub>), é sabido que os atuais compromissos de redução de emissões e a falta de vontade para operar a transição energética necessária antes de 2020 conduzirão o planeta a um perigoso aumento da temperatura global superior a 3°C.

### Onde está o financiamento climático?

Num protesto que decorreu nos últimos dias da COP22, às portas do recinto, os manifestantes exibiram cartazes com as letras ‘WTF’, um trocadilho usado para perguntar ‘Where’s the Finance?’ (‘Onde está o financiamento?’). Alavancar a questão do financiamento climático era um dos requisitos chave para garantir o sucesso da COP22. Pedia-se um plano fiável e robusto que definisse de que forma os países desenvolvidos cumprirão a sua promessa de disponibilizar 100 mil milhões de dólares por ano (o designado Fundo Verde para o Clima da Organização das Nações Unidas).

### União Europeia desiludiu

As organizações de defesa do ambiente europeias têm vindo a acusar a Comissão Europeia de ser incoerente entre a sua retórica nas negociações internacionais sobre o clima e a ausência de diálogo entre a própria UE e os seus Estados-Membros.

O chamado “Pacote de Inverno” divulgado pela CE no final de Novembro passado, e que também analisamos nesta edição do ‘Quercus Ambiente’, veio confirmar o abrandamento da ambição climática. As oito propostas legislativas em causa incluam, entre outras, a revisão de várias Diretivas relativas às energias renováveis, eficiência energética e das regras de conceção do mercado europeu da eletricidade. Os objetivos nacionais vinculativos em matéria de energias renováveis terminam em 2020, e a meta da UE para 2030 de 27% está pouco acima dos 24% que se prevê serem atingidos.

Outro ponto importante é a questão das emissões provenientes do transporte marítimo e da aviação internacionais, que ficaram de fora do Acordo de Paris. Tendo em conta o seu crescente impacto climático, isso poderá reverter os esforços de redução noutras áreas.

### Há um antes e um depois de Trump

A COP22 ficou inevitavelmente marcada pela eleição de Donald Trump como o próximo presidente dos EUA. Uma das suas promessas de campanha passa por tirar os EUA do Acordo de Paris e cortar o financiamento (de milhões de dólares) destinado aos programas da ONU de luta contra as alterações climáticas. Apesar de terem ratificado o Acordo de Paris, existem incertezas sobre e como Trump poderá – caso realmente o faça – desvincular os EUA do acordo climático global e pôr em causa o sucesso da sua própria implementação.

Outro ponto em aberto é a Rússia que, sendo o terceiro maior poluidor mundial, ainda não ratificou o Acordo de Paris.

### Prospecção de petróleo mancha bom desempenho de Portugal

Em simultâneo com a divulgação do Climate Change Performance Index 2017, um índice que colocou Portugal entre os 10 países industrializados com melhor desempenho climático, o Primeiro-Ministro português António Costa afirmou na COP22 que os compromissos assumidos no âmbito do Acordo de Paris serão uma prioridade nacional. A grande aposta nas energias renováveis e a progressiva descarbonização do setor dos transportes foram os dois grandes argumentos mencionados.

António Costa pretende que Portugal seja um exemplo, afirmando que está a ser preparada a revisão do Roteiro de Baixo Carbono para 2050, no sentido de “sermos neutros em emissões de gases com efeito de estufa até ao final da primeira metade do século”.

A política climática nacional pode considerar-se já obsoleta em relação aos objetivos que o país pode atingir, ficando-se por compromissos que praticamente já foram alcançados. Atualmente, Portugal já alcançou mais de 87% da meta definida para 2020 ao nível das energias renováveis, pela instalação de 12.300 megawatts de tecnologias renováveis, representando 61% da potência de toda a produção de eletricidade.

Para levar realmente a sério as ambiciosas e otimistas palavras do Primeiro-ministro, um sinal importante seria a recusa da exploração de hidrocarbonetos em Portugal, pelo cancelamento das atuais 15 concessões de prospecção e exploração destes combustíveis fósseis na costa portuguesa.

### Fiji presidem à COP23, que será em Bona

Sabe-se já que a COP23 em 2017 será presidida pelas Ilhas Fiji – algo bastante significativo, na medida em que se trata de um pequeno país insular em desenvolvimento (os mais vulneráveis aos impactos das alterações climáticas) – e irá ter lugar em Bona, na Alemanha.



### A participação da Quercus na COP22

A Quercus, membro da Rede Europeia de Ação Climática, acompanhou as negociações da COP22 diretamente de Marraquexe, tendo estado presente durante toda a Conferência, integrada na delegação oficial portuguesa, enquanto representante das ONGs nacionais de defesa do ambiente e da sociedade civil. Ma blue zone, de acesso mais restrito, a Quercus fez-se representar por João Branco, Presidente da Direção Nacional, e Luís Moreira, Coordenador do Grupo de Energia e Alterações Climáticas, que participaram em reuniões paralelas, nomeadamente com o Ministro do Ambiente, João Pedro Matos Fernandes.

Este ano, e pela primeira vez, a Quercus esteve também representada através de um stand na Zona Verde tendo estabelecido inúmeros contactos com outras organizações da sociedade civil de Marrocos e os demais países participantes na COP22. 🌱



Stand da Quercus na COP 22



Stand da Quercus na COP 22

AGIR

AGIR

# CUIDAR DAS PARTES COMUNS

## INICIATIVA AÇÃO DE PLANTAÇÃO 12 NOVEMBRO DE 2016

Por Criar Bosques

No decorrer na participação da COP 22, a **QUERCUS** esteve presente na Ação de plantação de 12 de novembro de 2016.

Antes tivemos a possibilidade de conhecer os viveiros dos serviços Florestais de Marraquexe. Nestes viveiros produzem-se essencialmente alfarrobeira, pinheiro do Alepo e algumas variedades de Cipreste e Casuarina. Decorreu daí uma troca de experiências na área das políticas Florestais, sendo que Marrocos possui um Floresta Mediterrânea, em muitos aspetos ecológicos parecida com a nossa.

Dia de 12 de Novembro de 2016, à margem da COP 22 prevista em Marraquexe, de 07-18 novembro de 2016, milhares de voluntários marroquinos vão tentar responder ao desafio de **“plantar mais de um milhão de árvores da floresta em um único dia”**, a partir de várias espécies de árvores diferentes em 210 locais em todo o país. Esta mobilização nacional contou com vários parceiros (funcionários eleitos, autoridades locais, sociedade civil, serviços em causa, estudantes, empresas, etc.) em todo o programa de reflorestamento.

O aumento das temperaturas, mudanças na precipitação, inundações, secas frequentes e períodos mais longos tem efeitos significativos no crescimento das árvores e ecossistemas florestais e faz com que o Alto Comissariado para a Água, Florestas e Controle da Desertificação de Marrocos estejam empenhados na luta contra o aquecimento global que está a comprometer fortemente a preservação e restauração ecológica do património florestal do Reino.

Esta iniciativa é um projeto nacional, a ser realizado sob o lema **“Eu planto uma árvore no meu território para desenvolver a floresta do meu país”**. É um compromisso real e uma mobilização nacional para a participação voluntária das partes interessadas, incluindo a sociedade civil e juventude.

Esta operação também tem como objetivo realizar uma campanha de sensibilização ampla e informações sobre o papel e a importância das árvores e florestas, e reflete o compromisso do Reino de Marrocos na organização da COP22 em ação para o ambiente e o clima. Também foi uma oportunidade para dar o pontapé inicial da campanha de reflorestação nacional, que envolverá mais de 40 milhões de mudas numa área de mais de 45.000 hectares.

As razões para organizar a operação de plantio são inúmeras:

Plantação num único dia mais de um milhão de mudas nas 12 regiões de Marrocos e com o apoio dos parceiros envolvidos: empresas, autoridades locais eleitas, sociedade civil, escolas e todos os departamentos relevantes;

Criar uma dinâmica de mobilização em torno do programa de reflorestação

Divulgar reflorestação e mobilizar cerca de 10.000 pessoas (trabalhadores, voluntários, sociedade civil ...).

A floresta em Marrocos pertence ao Reino/Estado, no entanto, pode ser concessionada.

A concessão é permitida a qualquer pessoa singular ou coletiva que exerce pomares ou plantações de alinhamento marcadas através cercas.

Para este fim, a pessoa pode beneficiar do fornecimento de árvores dentro do limite de 6.000 plantas por campanha anual, sujeito a disponibilidade em plantas nos viveiros florestais do Alto Comissariado para a Água e as Florestas e a luta contra a Desertificação

O limite máximo de subvenção é definida como subvenção máxima a cada proprietário, independentemente do número de propriedades que atua. Os pedidos de subsídios em espécie, devidamente estabelecidos após o impresso próprio, devem ser enviadas a entidades competentes com a definição da localização da propriedade a ser reflorestada.

Como motivação e sensibilização à população eles esclarecem:

### Por quê?

- Protege o solo contra a erosão.
- Reduz a poluição do ar.
- Fornece um habitat natural para a fauna.
- É um lugar divertido para a população.



### Quando?

As árvores são plantadas antes do início da estação chuvosa. Como diz o provérbio marroquino: “É tarde demais para plantar depois de março”. As árvores não são plantadas na estação seca, a menos que se regue regularmente.

### Que árvore para plantar? E Onde?

A escolha do local onde as árvores serão plantadas não é acidental, uma vez que cada árvore tem as suas próprias características. Algumas árvores preferem solos ricos profundos, outros preferem solos ricos em água e matéria orgânica.

Lembrando que as árvores e plantas são os únicos que podem beneficiar da energia solar para produzir matéria orgânica que os seres vivos necessitam.

A Quercus saúda o Reino de Marrocos por esta iniciativa, pois é muito importante aproximar as pessoas da Floresta como uma simbiose. 🌳



Local onde estivemos a plantar.  
IMI NTASSAKHT

DPEFLCD total de			18000
Marrakech	Aslifen	pinheiro de Alepo	6000
Marrakech	Imi Ntassakht	pinheiro de Alepo	6000
Marrakech	Ala Mzoughni	pinheiro de Alepo	6000
Marrakech	Ánari Tafza 1	pinheiro de Alepo	4000
Marrakech	Tasswakt	CYP. atlas	3000

# PACOTE LEGISLATIVO EUROPEU SOBRE ENERGIA PARA 2030 É MUITO POUCO AMBICIOSO

Grupo de Energia e Alterações Climáticas da Quercus

**A Comissão Europeia (CE) divulgou no final do passado mês de novembro, o chamado 'Pacote de Inverno', um conjunto muito esperado de propostas legislativas em áreas vitais como energias renováveis, eficiência energética, bioenergia ou desempenho energético dos edifícios. As medidas propostas pela CE ficam muito aquém do nível de ambição necessário para cumprir os objetivos do Acordo de Paris.**

Para manter o aumento da temperatura global nos 1,5°C seria necessária uma drástica revisão das metas climáticas e energéticas da União Europeia (UE), nomeadamente ao nível das energias renováveis e da eficiência energética, bem como um conjunto robusto de políticas para garantir que todos os Estados-membros da UE contribuam para alcançar e ultrapassar essas metas.

## **Aumento tímido da meta de eficiência energética**

O aumento da meta de eficiência energética da UE para 2030 de 27% para 30% foi um passo na direção certa, embora seja um esforço pouco significativo e longe do potencial possível de alcançar, além de não estarem previstas metas nacionais obrigatórias.

É necessário reforçar as obrigações de eficiência energética (previstas no Artigo 7, a principal ferramenta desta Diretiva, que se estenderá além de 2020 e que obriga os Estados-membros a reduzir o consumo energético em 1,5% por ano). Contudo, as lacunas que persistem no documento permitirão aos países reduzir as suas poupanças anuais obrigatórias para apenas metade.

A Quercus, em linha com as suas congéneres europeias, exigiu uma meta de 40% de eficiência energética para 2030, com objetivos vinculativos ao nível dos Estados-membros.

## **Energias renováveis perdem terreno e prioridade**

Com a proposta em cima da mesa para a nova Diretiva de Energias Renováveis, a União Europeia ficará para trás enquanto suposto 'líder' mundial nesta aposta e os combustíveis fósseis continuarão a ser subsidiados. Uma meta de 27% não é compatível com os objetivos de Paris e poderá reduzir para metade o ritmo de implementação de fontes de energia renováveis na próxima década. Enquanto o resto do mundo mais do que triplicou o seu investimento nas energias renováveis nos últimos 10 anos, na UE essa aposta tem vindo a decrescer consecutivamente nos últimos quatro anos.



Winter package, de Renováveis

# GUIAS ELETRÓNICAS DE RESÍDUOS

Por Centro de Informação de Resíduos da Quercus

Durante o mês de dezembro de 2016 esteve em consulta a Portaria que visa a regulamentação das Guias Eletrónicas de Resíduos, na qual a Quercus teve oportunidade de participar, e que pretende substituir as tradicionais Guias de Acompanhamento de Resíduos associadas ao transporte de Resíduos em território nacional, que funcionavam em formato de papel, por um modelo eletrónico.

Esta consulta vem no seguimento da publicação do Decreto-Lei n.º 73/2011, de 17 de junho, referente ao Regulamento Geral de Gestão de Resíduos e às alterações que o mesmo introduz, confere através do ponto 1, do artigo 21.º que o «transporte de resíduos está sujeito a registo eletrónico a efetuar pelos produtores, detentores, transportadores e destinatários dos resíduos, através de uma guia de acompanhamento de resíduos eletrónica (e-GAR)

A Quercus já tinha salientado por diversas vezes a importância desta desmaterialização, bem como o contributo que estas Guias Eletrónicas terão para a simplificação das diligências e das cargas de resíduos, controlando todos os movimentos realizados, excluindo

A transição energética para uma economia de baixo carbono requer uma percentagem muito mais elevada de energias renováveis (45% em 2030). A ausência de metas nacionais obrigatórias para os Estados-membros é outra lacuna existente.

Outro ponto negativo que atrasará a transição para uma economia de baixo carbono é o facto deste pacote legislativo propor enfraquecer o acesso das fontes de energias renováveis ao mercado elétrico, ao eliminar a regra que lhes dá prioridade sobre outras fontes de energia, nomeadamente fontes poluentes como os combustíveis fósseis ou pouco segura como o nuclear.

Por outras palavras, em dias de muito sol ou vento, com baixa procura de eletricidade, as unidades de produção de energia renovável serão preteridas por defeito, supostamente pela maior facilidade em 'desligar' uma turbina eólica comparando com uma central térmica a carvão ou uma central nuclear. Mesmo que existam medidas de compensação financeira para os produtores de renováveis, isto está em total discordância com a necessidade de alavancar o investimento nas energias renováveis.

## **Abordagem vaga na melhoria da eficiência do parque edificado**

A proposta no âmbito da Diretiva sobre Desempenho Energético dos Edifícios é mais uma oportunidade falhada de eliminar progressivamente os combustíveis fósseis do setor da construção e, também, de definir uma meta vinculativa para um parque edificado com necessidades quase nulas de energia em 2050.

Esta proposta falha ainda na abordagem a questões complexas, como a renovação do parque edificado, ou a melhoria dos sistemas de certificação de desempenho energético, e fica limitada a pequenas alterações que não permitem alcançar o potencial de poupança energética neste setor.

Bioenergia: falta uma estratégia robusta para o futuro

O pacote legislativo proposto não assegura que a aposta na bioenergia irá acautelar uma redução significativa das emissões de gases com efeito de estufa e travar os impactos destrutivos ao nível das florestas mundiais. Falta também uma visão estratégica clara sobre qual o futuro para a bioenergia.

A aplicação dos atuais critérios de sustentabilidade para os biocombustíveis ou gestão florestal não excluirá as piores práticas ao nível da produção de bioenergia. A UE precisa de limitar o uso de biomassa para a produção de energia; chegar a um consenso sobre a eliminação total do uso de culturas agrícolas em 2030 e ainda aplicar medidas para impedir a utilização integral das árvores.

## **Regulação do processo de governança na União Energética**

O sistema de governança proposto pela CE é pouco ambicioso para impulsionar o investimento nas energias renováveis, deixando inclusive espaço para quem quiser travar esse investimento. A falta de metas nacionais vinculativas no pós-2020 não é de longe compensada, ficando nas mãos dos Estados-membros o desafio de fazer com que os seus contributos nacionais estejam alinhados com as metas europeias. Também não é claro o que acontecerá se isso não suceder.

## **Portugal pode ir muito mais longe**

O Primeiro-ministro português afirmou na COP22, em Marraquexe, que Portugal deverá ser um exemplo na implementação do Acordo de Paris, comprometendo-se em "sermos neutros em emissões de gases com efeito de estufa até ao final da primeira metade do século". António Costa referiu que nesse sentido está a ser preparada a revisão do Roteiro de Baixo Carbono para 2050.

Na ausência de metas obrigatórias a cumprir no pós-2020 pelos Estados-membros, nomeadamente no que respeita às energias renováveis e à eficiência energética, a expectativa é grande para perceber se a ambição das palavras de António Costa se vai traduzir em planos e metas concretas ambiciosas. A política climática e energética nacional pode considerar-se já obsoleta em relação aos objetivos que o País pode atingir, ficando-se por compromissos que praticamente já foram alcançados.

Atualmente, Portugal já alcançou mais de 87% da meta definida para 2020 ao nível das energias renováveis, e as ONGs de ambiente são unânimes em acreditar que é possível alcançar 100% de eletricidade renovável já em 2030.

Por outro lado, continua ainda por esclarecer de que forma o Governo pretende compatibilizar os objetivos acima descritos com a exploração de hidrocarbonetos em Portugal, através das 15 concessões existentes para prospeção e exploração destes combustíveis fósseis na costa portuguesa.

da participação no sistema empresas e operadores que não sejam licenciados para o encaminhamento de resíduos. Por outro lado, contrariam o paradigma anterior das Guias em papel, que permitiam camuflar uma série de irregularidades, como o transporte de resíduos por empresas não habilitadas e que os levavam muitas vezes para destinos não licenciados ou os abandonavam em terrenos baldios sem qualquer fiscalização.

Por outro lado, estas guias possibilitam a articulação entre a informação recolhida durante os movimentos de resíduos e os registos obrigatórios exigidos pelo SIRER (Sistema Integrado de Registo Eletrónico de Resíduos), bem como a qualidade dos próprios dados recolhidos, associando aos mesmos a responsabilização dos Operadores de Gestão de Resíduos envolvidos.

Face à participação da Quercus no processo de consulta, salientamos alguns dos contributos dados para este diploma em fase de avaliação:

Estabelecer os modelos das guias que devem acompanhar os transportes marítimos entre as regiões autónomas e o continente;

Esclarecer o âmbito das exclusões do diploma, nomeadamente dos «resíduos provenientes de habitações» e «serviços ao domicílio»;

Manter os registos associados aos movimentos e à identificação da obra;

Considerar a inclusão da Designação Oficial de Transporte nas e-GAR de forma sistematizada;

Assegurar modelo em papel para situações de exceção, como por exemplo sempre que o produtor ou detentor estiver impedido de preencher as Guias eletrónicas;

Alargamento do período de avaliação, após a entrada em vigor da presente portaria, de 6 meses para 1 ano;

Registo no SIRAPA para as empresas particulares (micro, pequena e média dimensão - até 10 trabalhadores) de forma integrem este novo sistema;

Esclarecimento sobre as situações de inoperacionalidade da plataforma, dos meios tecnológicos ou serviços de comunicações, que podem colocar em causa o processo de emissão das e-GAR na plataforma SILIAMB;

Esclarecimento do âmbito nas situações em que as e-GAR apenas permitirão a introdução de um resíduo ou código LER, mesmo nos casos da existência de diversos resíduos, com códigos LER distintos, que tenham que ser recolhidos caso tenham o mesmo produtor, transportador e destinatário.

Apesar de terem sido necessários 5 anos para conseguir operacionalizar e regulamentar este mecanismo, a Quercus espera que esta nova realidade possa ajudar a pôr um ponto final no abandono de detritos e na gestão incorreta de resíduos, bem como na proliferação de empresas não licenciadas e sem qualquer exigência de proteção ambiental.

# 2017

## NÃO COMECE O ANO SEM O NOSSO CALENDÁRIO!



LOJA.QUERCUS.PT

## LIVROS

Manuel Maneira, *Quanto peso tem o pensar*, edição da Câmara Municipal de Castelo de Vide, 2015, 154 pp., 10 €, com um extratexto de 18 pp. a cores

Joëlle Ghazarian



A autobiografia é um género literário normalmente associado a figuras públicas tidas como *importantes*, considerando-se em geral que só relativamente a essas figuras a biografia tem razão de ser. Este preconceituoso axioma começou por ser posto em causa com a publicação de memórias de trabalhadores que se singularizaram nas lutas sociais, em particular a partir de finais do século XIX, ou que tiveram experiências de vida que os destacaram no plano cívico e moral. Com o fim da censura política subsequente ao 25 de Abril de 1974 houve um pequeno surto na publicação de livros memorialistas de homens e mulheres que haviam tido um papel militante nas lutas sociais e que, com essas obras, deram um contributo notável para o conhecimento mais íntimo do que haviam sido as condições gerais durante a ditadura. São grandes exemplos dessas obras as *Memórias de um Operário*, do sapateiro José Silva, *O Segredo das Prisões Atlânticas*, do operário da construção civil Acácio Tomás de Aquino, ou, muito mais recentemente, o livro da trabalhadora rural Augusta Geraldo, *Para Espantar as Minhas Mâgoas - Memórias de uma alentejana*, sendo de realçar que estes livros não são obras menores, que foram escritos por pessoas de forte personalidade e de capacidades expressivas que nada ficam a dever a autores celebrizados, além de constituírem documentos de primeira ordem. No caso de Manuel Maneira, a ideia da sua autobiografia foi-lhe inspirada na escola Garcia de Orta, de Castelo de Vide, que frequentou, entre 2009 e 2012, no quadro do Programa Novas Oportunidades.

Tal como os títulos a que aludo, o livro aqui em apreço (uma bela e cuidada edição) é um relato memorialista. São as particularidades da existência do seu autor que constituem a substância desta narrativa, autobiografia de um homem, nascido em 1936 na aldeia de Molelinhos, no concelho de Tondela, que desde cedo se preocupou com as questões ambientais. Foram essas preocupações que o levaram a mudar de vida, deixando de ser enfermeiro em Lisboa para se tornar agricultor perto de Castelo de Vide, no Alto Alentejo. Entre uma situação e a outra passou por diversas experiências, a primeira das quais a produção (e difusão pelo país) de alimentos macrobióticos, iniciada em 1983, o fabrico artesanal de olaria, que aprendeu do zero, na década de 90, aos 54 anos, bem como a colaboração em várias quintas que estavam a adoptar a agricultura biológica. É um caso singular, o de Manuel Maneira. A sua vocação de enfermeiro tinha-o levado a criar em 1966, em Lisboa (a pulso, juntamente com a esposa), um centro de enfermagem e, em 1973, um lar de idosos. Teve de trabalhar muito para isso, por vezes de dia e de noite, porque não era pessoa de posses; e, com bons resultados, exerceu essa actividade durante quase vinte anos. Mas ao longo desse tempo foi-se apercebendo, por um lado, que as profissões médicas eram encaradas sobretudo como negócio, e, por outro lado, que os pacientes não faziam o necessário para se curarem, em particular no tocante aos hábitos alimentares, que, com frequência, estavam na origem das patologias. E foi-se desmoronando a sua grande ideia da enfermagem (e da medicina) como sinónimos de praticar o bem e de ajudar os semelhantes.

Como não podia deixar de ser, essa situação criou-lhe graves problemas familiares. Quando decidi abandonar o centro de enfermagem para se tornar agricultor, deparou com a oposição da esposa, do filho e da filha, que só encaravam a compra de uma quinta como casa de férias. E isso levou à sua ruptura com a família, que chegou a pensar que ele tinha enlouquecido. Mas Manuel Maneira seguiu o seu caminho, convicto das sérias razões que lhe assistiam, e não voltou atrás. E ao cabo de um acidentado mas profícuo percurso, que o levou a percorrer várias regiões do país, frequentemente com o apoio de um seu amigo de Lisboa (José Silva) que tinha abandonado o curso de medicina para aplicar com seriedade o grande princípio de Hipócrates («Que o teu alimento seja o teu medicamento, que o teu medicamento seja o teu alimento»), em 2008 passou a praticar as artes agrícolas de forma continuada, numa pequena quinta junto à aldeia de Escusa, em cuja modesta casa, também ela alugada, habita desde então.

Os princípios que pratica em defesa da Terra Mãe e a sua irradiante simpatia têm suscitado à sua volta a calorosa onda de fraternidade, que desde há dois anos se manifesta também numa ideia que teve com uma jovem amiga, a organização, no jardim público de Castelo de Vide, de um mercadinho mensal que reúne pequenos produtores agrícolas e artesanais das vizinhanças, a que chamaram Sábado Vivo, de que também fazem parte um almoço partilhado em forma de piquenique e animações artísticas para crianças e adultos. E cujo êxito já o levou a ser adoptado do outro lado da fronteira, na vila espanhola de Valência de Alcântara.

O percurso de Manuel Maneira, como vemos, é o de um dissidente, tal como o do seu amigo a quem aludimos. Nas circunstâncias actuais, em que vemos implodir o sistema político-económico sob cujo jugo vivemos e em que está a impor-se uma séria mudança de vida, é um bom exemplo português a meditar. 🌱

\*Por preferência da autora, o texto foi redigido segundo a antiga Ortografia.

## SALAMANDRA-DE-PINTAS-AMARELAS

A Salamandra-de-pintas-amarelas (*Salamandra salamandra*) é um anfíbio largamente conhecido no nosso país e que se pode encontrar um pouco por todo o território, em ambientes húmidos terrestres. Os seus hábitos são essencialmente noturnos e são animais sedentários. Podem viver até aos 20 anos.

### MORFOLOGIA

A salamandra-de-pintas-amarelas mede entre os 14 e os 17 cm de comprimento. Os machos e as fêmeas são muito semelhantes, não existindo um demarcado dimorfismo sexual. Identifica-se muito facilmente devido à sua cor negra brilhante com pintas amarelas ao longo de todo o corpo e cauda. Por vezes tem também um ponteadado vermelho sobre o dorso.

### BIOLOGIA

#### Reprodução & ciclo de vida

O ciclo reprodutivo ocorre de Setembro até Maio, e o acasalamento ocorre em terra. É uma espécie ovovivípara, ou seja, ainda no interior do corpo da progenitora, os ovos eclodem e nascem as larvas. Posteriormente, a fêmea irá depositar as larvas diretamente na água.

As larvas irão sofrer um processo de metamorfose, que pode durar entre 2 a 6 meses e os juvenis, muito semelhantes aos adultos, atingem, a maturidade sexual pelos 3 ou 4 anos. Ao contrário dos adultos que são maioritariamente sedentários, os juvenis podem fazer deslocações consideráveis.

### Alimentação

A alimentação desta espécie é constituída por invertebrados terrestres. As larvas são muito vorazes e alimentam-se de insetos aquáticos, crustáceos, pequenos vermes, e larvas de outros anfíbios ou da mesma espécie.

### Distribuição

Esta espécie encontra-se amplamente distribuída pela Europa. Em Portugal ocorre em quase toda a área continental, exceto nas zonas mais áridas do Alentejo.

### Estatuto de Conservação

O estatuto de conservação desta espécie é de "Pouco Preocupante" tanto ao nível nacional, como Europeu e Mundial.

### Curiosidades

Também chamada de Salamandra-de-fogo, saramela, saramaganta. Na mitologia grega, a Salamandra era um elemento do fogo, que se originava do fogo. Pensava-se que era capaz de viver nas chamas e de resistir ao fogo.

### Sites de interesse

<https://pt.wikipedia.org/wiki/Salamandra-de-fogo>

<http://www.charcoscomvida.org/biodiversidade/fauna/anfibios/salamandra-de-pintas-amarelas>

<https://www.oceanario.pt/exposicoes/exposicao-permanente/anfibios/salamandra-de-pintas-amarelas>



Dário Cardador

Salamandra-de-pintas-amarelas



Dário Cardador

Salamandra-de-pintas-amarelas



Dário Cardador

Salamandra-de-pintas-amarelas



## Participação na comemoração do Dia Mundial da Bolota pelo museu Leonel Trindade - Torres Vedras

**Alexandra Azevedo**

O museu Leonel Trindade, em Torres Vedras (que se aconselha vivamente a visita) teve a ideia muito feliz de celebrar o Dia Mundial da Bolota (10 de Dezembro) convidando-me na qualidade de autora dos guias práticos das ervas e dos frutos silvestres comestíveis editados pela Quercus e dos vídeos Natureza Comestível (uma co-produção MPI e Quercus), e convidando ainda a Terrius ([www.terrius.pt](http://www.terrius.pt)), a colaborar num evento que se realizou no dia 15 de novembro, com a participação de 2 turmas da Escola Padre Vitor Melícias (em Torres Vedras).

O evento começou pela visita ao Castro do Zambujal onde abordei a importância da bolota como alimento para a nossa espécie e como é tão entusiasmante ver bolotas caídas das árvores que se equipara à personagem do esquilo dos filmes de animação "A idade do gelo"! Todos puderam degustar pão de bolota (que ainda estava quentinho) que foi do agrado de todos! Seguiu-se a visita ao museu e por fim a palestra de Rita Beltrão da Terrius com mais informações sobre a importância arqueológica, histórica e o futuro deste alimento ancestral. Houve nova degustação desta vez de uns bolinhos de bolota, banana e mel (como adoçantes).

Devo dizer que fiquei muito feliz pela receptividade que o assunto despertou nos professores, alunos e pessoal do museu. Esperemos que se repitam mais eventos do género! 🍄



Sofia Máximo

Exposição aos alunos



Sofia Máximo

Degustação de pão de bolota

## "Na Saga da Bolota (e outras plantas comestíveis)"

**Alexandra Azevedo**

Foi este o título escolhido para a atividade organizada pelo restaurante Cor de Tangerina, em Guimarães, em parceria com a AVE - Associação Vimaranesa para a Ecologia e a Quercus, que se realizou dia 12 de novembro, e consistiu numa caminhada para observação e identificação de plantas silvestres comestíveis e de um jantar temático.

Particpei pela Quercus de forma mais especial no jantar pela sugestão da ementa, fornecimento de alguns ingredientes e apoio na cozinha do restaurante na confeção de alguns pratos e dando várias dicas e sugestões na elaboração de praticamente toda a ementa. Senti-me como se estivesse no filme "Ratatouille"! Adorei a experiência.

É de louvar a vontade dos responsáveis do restaurante e dos participantes em conhecer novos sabores explorando as potencialidades gastronómicas dos nossos recursos alimentares silvestres. 🍄



Artur Vargues

Apresentação da equipa

# ZOOM



**LIGA OS PONTOS  
E DESCOBRE  
O QUE O CACHORRO  
ESTÁ A USAR**



Fonte: smartkids.com.br

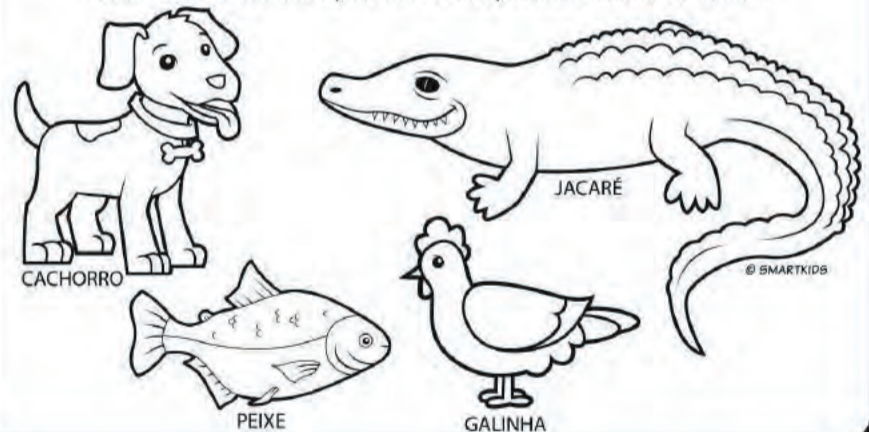
**PINTA OS ANIMAIS E  
DESCOBRE OS QUE SÃO  
ANIMAIS VERTEBRADOS  
E OS QUE SÃO  
INVERTEBRADOS**

**PARA COLORIR...**



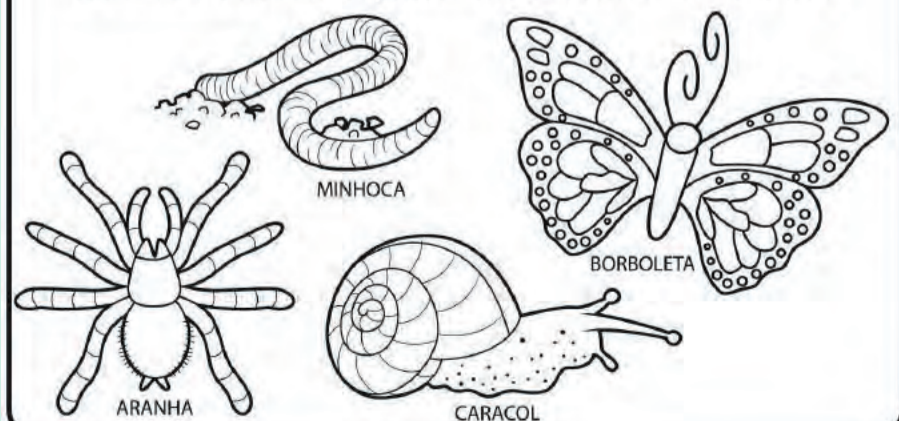
**ANIMAIS VERTEBRADOS**

Os animais vertebrados possuem ossos, possuem coluna vertebral.



**ANIMAIS INVERTEBRADOS**

Os animais invertebrados não possuem ossos, não possuem coluna vertebral.



# LEGISLAÇÃO AMBIENTAL

## ÁGUA/OCEANOS

### Portaria n.º 266/2016 de 2016-10-13 MA

Aprova a delimitação dos perímetros de proteção das captações localizadas no concelho de Torres Novas

### Portaria n.º 267/2016 de 2016-10-13 MA

Aprova a delimitação dos perímetros de proteção das captações localizadas no concelho de Almeirim

### Portaria n.º 268/2016 de 2016-10-13 MA

Aprova a delimitação dos perímetros de proteção das captações localizadas no concelho de Chamusca

### Portaria n.º 273/2016 de 2016-10-14 MA

Aprova a delimitação dos perímetros de proteção das captações localizadas no concelho de Salvaterra de Magos

### Portaria n.º 274/2016 de 2016-10-17 MA

Aprova a delimitação dos perímetros de proteção das captações localizadas no concelho de Benavente

### Portaria n.º 276/2016 de 2016-10-18 MA

Aprova a delimitação do perímetro de proteção das captações inseridas na massa de água Maciço Antigo Indiferenciado da Bacia do Mondego, localizadas no concelho de Gouveia

### Portaria n.º 277/2016 de 2016-10-20 MA

Aprova a delimitação dos perímetros de proteção de nove captações de água subterrânea localizadas nos concelhos de Penacova e de Vila Nova de Poiares

### Portaria n.º 279/2016 de 2016-10-25 MA

Aprova a delimitação dos perímetros de proteção das captações de «Arriça», «Azerveira», «Biscainho», «Fazendas das Figueiras», «Carapuções», «Santo Antonino», «Coruche», «Couço», «Courelinhas», «Erra», «Escusa», «Fajarda», «Feixe», «Lamarosa», «Malhada», «Salgueirinha», «Santana do Mato», «Varejola», «Volta do Vale», «Montinho dos Pegos» e «Frazão», localizadas no concelho de Coruche

### Portaria n.º 283/2016 de 2016-10-27 MA

Aprova a delimitação dos perímetros de proteção das captações localizadas no concelho de Arganil, que captam na massa de água Maciço Antigo Indiferenciado da Bacia do Mondego, PT-AOx2RH4

### Decreto-Lei n.º 72/2016 de 2016-11-04 MA

Procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 92/2013, de 11 de julho, prevendo a criação de sistemas multimunicipais de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais por destaque dos sistemas multimunicipais resultantes de agregações

### Decreto-Lei n.º 76/2016 de 2016-11-09 MA

Aprova o Plano Nacional da Água, nos termos do n.º 4 do artigo 28.º da Lei da Água, aprovada pela Lei n.º 58/2008, de 31 de maio, e cria a Comissão Interministerial de Coordenação da Água

### Portaria n.º 293/2016 de 2016-11-18 MM

Procede à quarta alteração da Portaria n.º 20/2013, sobre gestão das quotas de pesca

### Portaria n.º 297/2016 de 2016-11-28 MM

Alteração ao Regulamento do Regime de Apoio aos Investimentos em Portos de Pesca, Locais de Desembarque, Lotas e Abrigos, aprovado pela Portaria n.º 57/2016, de 28 de março, e alterado pela Portaria n.º 240/2016, de 2 de setembro

### Portaria n.º 312/2016 de 2016-12-12 MA

Aprova a delimitação dos perímetros de proteção das captações de água subterrânea que abastecem as localidades de Brunheira e Cercas, localizadas no concelho de Almodôvar

### Portaria n.º 313/2016 de 2016-12-12 MA

Aprova a delimitação do perímetro de proteção das captações de água subterrânea, localizadas no polo de captação da Boavista, em Coimbra

### Lei n.º 37/2016 de 2016-12-15 AR

Autoriza o Governo a aprovar o regime jurídico relativo à instalação e exploração dos estabelecimentos de culturas em águas marinhas, incluindo as águas de transição, e em águas interiores

### Portaria n.º 322/2016 de 2016-12-16 MM

Primeira alteração da Portaria n.º 286-C/2014, de 31 de dezembro, que define o modelo de gestão da quota portuguesa de sarda (*Scomber scombrus*)

## AGRICULTURA/ ALIMENTAÇÃO/ CONSERVAÇÃO DA NATUREZA/FLORESTA

### Portaria n.º 276-A/2016 - DR 1º Suplemento, Série I de 2016-10-18 MAFDR

Estabelece as regras nacionais de atribuição do apoio excecional aos produtores de leite concedido pelo Regulamento Delegado (UE) 2016/1613, da Comissão, de 8 de setembro

### Resolução da Assembleia da República n.º 203/2016 de 2016-10-19 AR

Recomenda ao Governo a promoção de medidas que salvaguardem a produção leiteira nacional

### Portaria n.º 286-A/2016 - Diário da República n.º 215/2016, 1º Suplemento, Série I de 2016-11-09 MAFDR

Estabelece as regras nacionais complementares de aplicação do Programa Apícola Nacional (PAN) relativo ao triénio 2017-2019, aprovado pela Decisão de Execução (UE) 2016/1102, da Comissão, de 5 de julho, nos termos do Regulamento (UE) n.º 1308/2013, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de dezembro, e do Regulamento de Execução (UE) 2015/1368, da Comissão, de 6 de agosto

### Portaria n.º 303/2016 de 2016-12-05 MAFDR

Estabelece as regras complementares para o apoio comunitário à promoção de vinhos em mercados de países terceiros, no âmbito do programa nacional de apoio ao setor vitivinícola, para o período 2014-2018, nos termos do Regulamento (UE) n.º 1308/2013, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de dezembro

### Portaria n.º 307/2016 de 2016-12-07 MAFDR

Primeira alteração da Portaria n.º 90/2014, de 22 de abril, que define as regras de aplicação do regime de apoio para o ano de 2014 e seguintes

### Resolução da Assembleia da República n.º 237/2016 de 2016-12-12 AR

Recomenda ao Governo a valorização das equipas de sapedores florestais

### Resolução do Conselho de Ministros n.º 83/2016 de 2016-12-15 PCM

Aprova o Plano-Piloto de prevenção de incêndios florestais e de valorização e recuperação de habitats naturais no Parque Nacional da Peneda-Gerês

### Portaria n.º 320/2016 de 2016-12-16 MAFDR

Estabelece, para o continente, no âmbito do programa nacional, as normas complementares de execução do regime de apoio à reestruturação e reconversão das vinhas (VITIS), para o período 2014-2018, previsto no Regulamento (UE) n.º 1308/2013, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de dezembro

### Portaria n.º 321/2016 de 2016-12-16 MAFDR

Procede à quarta alteração à Portaria n.º 57/2015, de 27 de fevereiro, alterada pelas Portarias n.os 409/2015, de 25 de novembro, 24-B/2016, de 11 de fevereiro, que a republicou, e 131/2016, de 10 de maio, que aprova o regulamento de aplicação do regime de pagamento base, do pagamento por práticas agrícolas benéficas para o clima e para o ambiente (greening), do pagamento para os jovens agricultores, do pagamento específico para o algodão e do regime da pequena agricultura

## ENERGIA/ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS/POLUIÇÃO DO AR/MOBILIDADE

### Portaria n.º 268-B/2016 DR 1º Suplemento, Série I de 2016-10-13 ME

Aprova o dever de dedução pelo CUR do Sistema Elétrico Nacional da energia elétrica produzida em regime especial que beneficia de remuneração garantida, dos valores recebidos pelos centros eletroprodutores que beneficiaram cumulativamente de apoios à promoção e ao desenvolvimento das energias renováveis através de outros apoios públicos

### Resolução da Assembleia da República n.º 210/2016 de 2016-10-28 AR

Recomenda ao Governo a regulamentação da Lei n.º 30/2010, de 2 de setembro, sobre a proteção contra exposição aos campos elétricos e magnéticos derivados de linhas, de instalações e de equipamentos elétricos

### Decreto-Lei n.º 69/2016 de 2016-11-03 ME

Procede à segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 117/2010, de 25 de outubro, que estabeleceu os critérios de sustentabilidade da produção e utilização de biocombustíveis e de biolíquidos, bem como os mecanismos de promoção de biocombustíveis nos transportes terrestres e define os limites de incorporação obrigatória de biocombustíveis para os anos de 2011 a 2020, e transpôs parcialmente para a ordem jurídica interna os artigos 17.º a 19.º e os anexos III e V da Diretiva n.º 2009/28/CE, do Conselho e do Parlamento Europeu, de 23 de abril, e o n.º 6 do artigo 1.º e o anexo IV da Diretiva n.º 2009/30/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de abril

### Decreto-Lei n.º 70/2016 de 2016-11-03 ME

Executa na ordem jurídica nacional interna o disposto no Regulamento (CE) n.º 1222/2009, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 25 de novembro de 2009, relativo à rotulagem dos pneus no que respeita à eficiência energética e a outros parâmetros essenciais

### Lei n.º 35/2016 de 2016-11-21 AR

Sexta alteração ao Decreto-Lei n.º 251/98, de 11 de agosto, que regulamenta o acesso à atividade e ao mercado dos transportes em táxi, reforçando as medidas dissuasoras da atividade ilegal neste setor

### Decreto-Lei n.º 80/2016 de 2016-11-28 MAI

Altera o registo individual do condutor

### Decreto-Lei n.º 82/2016 de 2016-11-28 MA

Determina a descentralização, parcial e temporária, de competências de autoridade de transportes, do Estado para a Área Metropolitana do Porto, relativas ao serviço de transporte público de passageiros operado pela Sociedade de Transportes Coletivos do Porto, S. A. (STCP), e a descentralização, parcial e temporária, da gestão operacional da STCP

### Resolução do Conselho de Ministros n.º 81-A/2016 de 2016-12-09 PCM

Conclui os procedimentos de instalação de plataforma marítima de produção de eletricidade, ao largo de Viana do Castelo

### Aviso n.º 117/2016 de 2016-12-12 MNE

Torna público que a República Portuguesa depositou o seu instrumento de ratificação do Acordo de Paris, no âmbito da Convenção Quadro das Nações Unidas para as Alterações Climáticas, adotado em Paris, em 12 de dezembro de 2015

### Aviso n.º 129/2016 I de 2016-12-15 MNE

Torna público que a República de São Tomé e Príncipe depositou o seu instrumento de vinculação ao Estatuto da Agência Internacional das Energias Renováveis (IRENA), adotado em Bona, na Alemanha, em 26 de janeiro de 2009

## ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO/URBANISMO/ SOLO

### Resolução do Conselho de Ministros n.º 64/2016 de 2016-10-19 PCM

Aprova a segunda alteração ao Plano de Ordenamento da Orla Costeira Cidadela-Forte de São Julião da Barra

### Resolução do Conselho de Ministros n.º 65/2016 de 2016-10-19 PCM

Aprova a alteração do Plano de Ordenamento da Orla Costeira Vilamoura - Vila Real de Santo António, aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 103/2005, de 27 de junho

## LEGENDA

AR - Assembleia da República  
 DR - Diário da República  
 MA - Ministério do Ambiente  
 MAFDR - Ministério da Agricultura, das Florestas e do Desenvolvimento Rural  
 MCTES - Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino  
 MDN - Ministério da Defesa Nacional  
 ME - Ministério da Economia  
 MF - Ministério das Finanças  
 MM - Ministério do Mar  
 MTSSS - Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social  
 PCM - Presidência do Conselho de Ministros  
 PCM - SG - Presidência do Conselho de Ministros - Secretaria-geral  
 RAA - AL - Região Autónoma dos Açores - Assembleia Legislativa  
 RAM - AL - Região Autónoma da Madeira - Assembleia Legislativa  
 RAM - PG - Região Autónoma da Madeira - Presidência do Governo

Fonte: Diário da República Eletrónico - Sumários da 1ª Série (<http://dre.pt/>)

### Resolução do Conselho de Ministros n.º 73/2016 de 2016-11-24 PCM

Aprova o projeto de emparcelamento das freguesias de Moreira, Barroças e Taiais, do concelho de Monção, no distrito de Viana do Castelo

## RESÍDUOS

### Decreto-Lei n.º 71/2016 de 2016-11-04 MA

Procede à sétima alteração ao Decreto-Lei n.º 366-A/97, de 20 de dezembro, que estabelece os princípios e as normas aplicáveis ao sistema de gestão de embalagens e resíduos de embalagens, à décima alteração ao Decreto-Lei n.º 178/2006, de 5 de setembro, que aprova o regime geral da gestão de resíduos, transpondo a Diretiva 2015/1127, da Comissão, de 10 de julho de 2015, e à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 67/2014, de 7 de maio, que aprova o regime jurídico da gestão de resíduos de equipamentos elétricos e eletrónicos

### Portaria n.º 306/2016 de 2016-12-07 ME e MA

Fixa a estrutura, composição e funcionamento da Comissão de Acompanhamento da Gestão de Resíduos, designada por CAGER

## OUTROS

### Resolução da Assembleia da República n.º 207/2016 de 2016-10-24 AR

Recomenda ao Governo que assegure a nulidade da interpretação feita pela Autoridade Tributária e Aduaneira relativamente à cobrança retroativa de imposto sobre o valor acrescentado nas prestações de serviços no âmbito de terapêuticas não convencionais

### Resolução da Assembleia da República n.º 208/2016 de 2016-10-24 AR

Por uma política de defesa da natureza ao serviço do povo e do País

### Decreto Legislativo Regional n.º 22/2016/A de 2016-10-26 RAA-AL

Aprova o Sistema de Adesão ao selo da «Marca Açores Certificado pela Natureza» e o seu regime contraordenacional

### Resolução da Assembleia da República n.º 214/2016 de 2016-11-07 AR

Recomenda ao Governo que acompanhe a implementação da Lei n.º 71/2013, de 2 de setembro, que regulamenta a Lei n.º 45/2003, de 22 de agosto, sobre o exercício profissional das atividades de aplicação de terapêuticas não convencionais

### Resolução da Assembleia da República n.º 220/2016 de 2016-11-14 AR

Recomenda ao Governo o reforço dos apoios ao combate a incêndios na Região Autónoma da Madeira

### Resolução do Conselho de Ministros n.º 72/2016 de 2016-11-24 PCM

Aprova o Programa Nacional para a Coesão Territorial

### Resolução do Conselho de Ministros n.º 79/2016 de 2016-11-30 PCM

Estabelece as condições para a viabilização da Cõa Parque - Fundação para a Salvaguarda e Valorização do Vale do Cõa

### Decreto-Lei n.º 83/2016 de 2016-12-16 PCM e Modernização Administrativa

Aprova o serviço público de acesso universal e gratuito ao Diário da República

Estas receitas foram tema de um *Minuto Verde* publicado a 21 de dezembro. Para que fique registado, ficam agora as respetivas receitas:

## CANAPÉS DE REQUEIJÃO COM URTIGAS

### INGREDIENTES

1 requeijão, um molho de urtigas, 1 dente de alho, azeite q.b. (uma colher de sopa), sal q.b.

### MODO DE PREPARAÇÃO

Cozer previamente as urtigas num pouco de água durante apenas 2 minutos. Escorrer a água (reservar para utilizar numa sopa por exemplo). Cortar as urtigas muito finamente. Saltear muito levemente o dente de alho muito picadinho no azeite e juntar as urtigas. Apagar o lume e juntar as urtigas salteadas ao requeijão e misturar muito bem. Temperar de sal. Barrar sobre fatias fininhas de bom pão.

### NOTAS

Para o minuto verde utilizei pão de bolota com formato de baguete para as fatias serem de tamanho regular e pequenas.

### SUGESTÃO DE APRESENTAÇÃO

Colocar um rodela de azeitona descarocada. 🌿



Alexandra Azevedo

Canapés de Requeijão com Urtigas

## CREME DE LENTILHAS (PARA 6 PESSOAS)

### INGREDIENTES

150g de lentilhas vermelhas, 200g de abóbora, 150g de xuxu, 1 cebola, 2 dentes de alho, 1,2 L de água, azeite q.b., noz-moscada q.b. e sal q.b.

### MODO DE PREPARAÇÃO

Aquecer o azeite com a noz-moscada. Saltear levemente a cebola e o alho. Adicionar a água e os restantes ingredientes. Cozer 20 minutos, triturar e temperar com sal a gosto.

### SUGESTÃO DE EMPRATAMENTO

Colocar coentros picados e um fio de azeite por cima do creme. 🌿



Alexandra Azevedo

Crema de Lentilhas

## PUDIM DE FRUTAS (Versão sem açúcar)

### Ingredientes

700 g de puré da fruta ou legume, 50g de passas (ou outra fruta seca), 6 ovos inteiros, 30 g de pão, 2 colheres de sopa de Vinho do Porto, manteiga para untar a forma.

### MODO DE PREPARAÇÃO

Misturam-se todos os ingredientes, vaza-se para a forma untada com manteiga e vai ao forno durante 1 h e 15 min. a 180°C em banho-maria (coloca-se a forma do pudim dentro de um tabuleiro com cerca de 2 cm de água). Desenforma-se quando tiver arrefecido.

### SUGESTÃO DE APRESENTAÇÃO:

Decorar com frutos silvestres e folhas de hortelã ou modelar fatias de quivi com formato de folhas de azevinho ou outras. 🌿



Alexandra Azevedo

Pudim de Frutas

# ROSTOS QUERCUS

Sandra Pinho Pereira



Ricardo Pereira

**Idade:** 45

**Função na Quercus:** Sou bióloga com funções nos grupos de trabalho da Conservação da Natureza e da Biodiversidade, e no de Educação Ambiental. Dou, também, apoio a outros grupos de trabalho sempre que sou solicitada. Exerço funções na coordenação técnica do “Projeto de Conservação *Ex-situ* De Organismos Fluviais” e ainda dou apoio à Direção Nacional em diversas atividades. Além disso, sou dirigente do Núcleo Regional de Lisboa.

**Quando sentiste o primeiro apelo pelo Ambiente?**

Ui... Deve ter-se iniciado muito cedo mesmo... Lembro-me de ser muito pequena e fazer carreirinhos para as formigas no meu quintal. Ia pondo grãos de açúcar para elas terem o que comer e andarem por onde lhes era permitido, em vez de irem para onde a minha mãe não queria... e desde sempre me lembro de preferir andar no “mato” em vez das cidades e lojas, de me perder nas horas a ver o mar, o pôr do sol, ou uma borboleta numa flor. Também me lembro de andarem à minha procura porque não sabiam onde estava (antes de haver telemóveis, claro!). Os meus pais ainda apanharam uns sustos à conta disso... E esse gosto cresceu, ficou e faz parte de mim e da minha família.

**Como foi o teu primeiro contacto com a Quercus?**

Há já bastante tempo, perto de vinte anos atrás. Trabalhei sempre em função da natureza (sorte a minha!) e lembro-me de comprar um conjunto de postais da Quercus talvez em 1998, quando ouvi falar do trabalho que fazia e dos seus objetivos. Desde sempre me identifiquei com a filosofia e os princípios da Quercus e fui tendo contactos amiúde ao longo dos anos, até com outros sócios.

**O que mais gostaste de fazer na Quercus até hoje?**

Tenho tido a sorte de gostar de quase tudo o que tenho feito na Quercus até hoje. Posso dizer que me senti radiante quando fizemos a última ação de repovoamento de peixes, em Abril de 2016, um dos objetivos do Projeto de Conservação *Ex-Situ* de Organismos Fluviais. .

**Confessa, qual é o teu maior pecado ambiental?**

Sem dúvida que é a utilização de viatura a gasóleo diariamente. É inevitável, infelizmente.

**O que fazes no teu dia-a-dia pelo Ambiente?**

Procuro educar e viver no sentido da proteção ambiental. Em casa fazemos reciclagem, aproveitamento de materiais, tentamos reduzir o consumo do que é desnecessário, ou seja, racionalizamos a utilização dos recursos, tais como a água e a eletricidade essencialmente. Também consumimos alguns produtos biológicos, fazemos a nossa horta (nem sempre... e às vezes parece uma selva). E procuramos levar um estilo de vida saudável, respeitando o ambiente de uma forma geral. 🌱

# PAGAMENTO DE QUOTAS

A Direcção Nacional apela a todos os associados para regularizarem o pagamento das quotas. Se quiser pode pagar as suas quotas através de cheque ou vale postal à ordem da Quercus-ANCN e enviar via CTT para a seguinte morada: Quercus - ANCN - Gestão de Sócios - Apartado 230 - 7801-903 Beja

Se preferir pagar por transferência bancária utilize a seguinte conta da CGD com o NIB: 0035 0239 0001 2649 6306 5 (neste caso informe-nos da data e montante transferido através dos contactos da gestão de sócios: 284 321326 ou 93 7788475 ou para o e-mail: gestaosocios@quercus.pt. O valor das quotas para 2016 é igual ao dos anos anteriores ou seja adulto €20; estudantes até aos 26 anos €13; jovens até aos 15 anos €8; colectivos €45; quota familiar €30.

## NOVA MODALIDADE DE QUOTA: QUOTA FAMILIAR

Pode agora aderir à quota familiar se o desejar. A quota familiar destina-se ao agregado familiar e embora cada elemento mantenha um número de associado e os direitos estatutários inerentes, a quota é apenas uma e no valor único de €30 anual. O agregado corresponde a um casal e filhos até aos 25 anos. A adesão a esta modalidade é facultativa e destina-se tanto a novos sócios como aos que já estão inscritos e que podem pedir para alterar a situação actual com efeito a partir da próxima quota a pagar. O envio deste jornal, bem como o recibo de quota será efectuado apenas ao titular do agregado que for designado para esse efeito.

## DÉBITO DIRECTO

Agora tem mais vantagens ao aderir ao débito directo para pagamento das suas quotas. Ao aderir a esta modalidade damos-lhe desconto no valor das quotas. Assim para jovens a quota será de €7, estudante €11, adulto €18, colectivo €40 e familiar €27. Não se esqueça de informar a gestão de sócios sobre a adesão a esta forma de pagamento. Para mais informações sobre estas e outras questões não hesite e contacte a Gestão de Sócios.

## CAMPANHA “TRAZ UM AMIGO”

Na Quercus queremos ser mais para que a nossa base de apoio se alargue e as nossas posições tenham mais influência na sociedade e para isso temos de contar consigo. Traga um familiar ou amigo para sócio da Quercus. Em troca receberá como oferta um guia de percursos pedestres editado pela nossa associação.

## NOTÍCIAS COM A “NEWSLETTER” DA QUERCUS

Com o objetivo de proporcionar mais informação aos associados e simpatizantes da Quercus tem sido editado o “Boletim Quercus”. Esta edição semanal está associada ao site da Quercus e é simples de subscrever, basta registar o endereço de e-mail em [www.quercus.pt](http://www.quercus.pt).

### FICHA TÉCNICA

**PROPRIEDADE:** Quercus - Associação Nacional de Conservação da Natureza

**MORADA:** Centro Associativo Bairro do Calhau, Bairro do Calhau, 1500-045 Lisboa

**TELEFONE:** 217 788 474

**FAX:** 217 787 749

**EMAIL QUERCUS AMBIENTE:** [jornal@quercus.pt](mailto:jornal@quercus.pt)

**SITE QUERCUS:** [www.quercus.pt](http://www.quercus.pt)

**DIRETOR:** João Branco

**DIRETORA EDITORIAL:** Maria Eduarda Mota

**SUBDIRETOR EDITORIAL:** Nuno Sequeira

**REVISÃO EDITORIAL:** Raul Silva e Célia Vilas Boas

**MARKETING:** Marcos Bartilotti

**FOTÓGRAFO:** Dário Cardador

**GRAFISMO:** Imarte

**COLABORARAM NESTE NÚMERO:** Alexandra Azevedo; Carmen Lima; Cecília Delgado; CIR; Criar Bosques; Direcção Nacional da Quercus; Grupo de Energia e Alterações Climáticas da Quercus; João Branco; Jorge Infante; Joelle Ghazarian; Loja Quercus; Núcleo Regional de Aveiro da Quercus; Núcleo Regional de Braga da Quercus; Núcleo Regional de Castelo Branco da Quercus; Núcleo Regional de Coimbra da Quercus; Núcleo Regional da Guarda da Quercus; Nuno Sequeira; Paulo Andrade; Paulo Domingues; Quertoon Network; Quitéria Antão; Sandra Pereira; Sara Pereira.

**FOTO CAPA:** Pixabay

**FOTOS/IMAGENS:** Alexandra Azevedo; Ana Cristina Costa; Artur Varges; Bruno Almeida; Bruno Macedo; Carmen Lima; Cecília Delgado; CIR; Daricordar; Dário Cardador; Imelda Neves Costa; Junta de Freguesia da Estrela; Ordem dos Engenheiros; Paulo Domingues; Quertoon Network; Raquel Crespo; Ricardo Pereira; Samuel Infante; Sofia Máximo; Tiago Moreira; Transports & Environment.

**IMPRESSÃO:** Unipress, Centro Gráfico Lda

**TIRAGEM:** 5 000 exemplares

**DEPÓSITO LEGAL N.º:** 200020/03

O conteúdo dos artigos constantes nesta publicação é da exclusiva responsabilidade dos seus autores.

### MECENAS PRINCIPAL



### MECENAS JORNAL



Imprima e envia para QUERCUS-ANCN - Gestão de Sócios - Apartado 230 - 7801-903 Beja

**QUERCUS - Associação Nacional de Conservação da Natureza**  
**Gestão de Sócios**

E-mail: [gestaosocios@quercus.pt](mailto:gestaosocios@quercus.pt) \* Telf.: 284 321 326

**Boletim de Admissão a Sócio**

A preencher pela Quercus	
N.º Sócio	Estatuto
Núcleo	Data

Nome: \_\_\_\_\_ Sexo (F/M): \_\_\_\_\_

Morada: \_\_\_\_\_

Localidade: \_\_\_\_\_ C.P.: \_\_\_\_\_

Concelho: \_\_\_\_\_ Distrito: \_\_\_\_\_ País: \_\_\_\_\_

Telefone: \_\_\_\_\_ Fax: \_\_\_\_\_ E-mail: \_\_\_\_\_

BI n.º: \_\_\_\_\_ Data Nasc: / / \_\_\_\_\_ Nacionalidade: \_\_\_\_\_

N.º de Contribuinte: \_\_\_\_\_ Profissão: \_\_\_\_\_

Data: \_\_\_\_\_ Assinatura: \_\_\_\_\_

Quota anual:  
Júniors (até 16 anos) - 8 Euros | Estudantes (até 25 anos) - 13 Euros | Adultos - 20 Euros | Familiar - 30 Euros | Colectivos - 45 Euros

**Modo de Pagamento**

Numerário | Valor: \_\_\_\_\_

Cheque/Vale Postal\* | N.º: \_\_\_\_\_ Banco: \_\_\_\_\_ Valor: \_\_\_\_\_

Transferência Bancária\* | Data: \_\_\_\_\_ Valor: \_\_\_\_\_

**A preencher pela Quercus**

Recebido (Núcleo/CEA/etc.) \_\_\_\_\_ Receptor da Inscrição \_\_\_\_\_

\* Deve ser enviado juntamente com esta folha o cheque/vale postal/comprovativo de transferência bancária.

**CROWDFUNDING**  
**AJUDE-NOS A CRIAR MAIS ESPAÇO**  
**PARA A NATUREZA!**



**QUERCUS.PT**



**PPL.COM.PT**